



COMUNIDADES  
MOCAMBEIRAS  
DO TROMBETAS

Eurípedes A. Funes

## INTRODUÇÃO

Quando decidi estudar comunidades mocambeiras na Amazônia brasileira alguns questionamentos se colocaram, entre eles, se ali houve um regime escravista nos moldes de outras regiões brasileiras, em especial, quanto ao contingente de população cativa. Essa questão associava-se, por um lado, à representação da Amazônia como um território indígena, e, por outro, à natureza amazônica – um ambiente pouco propício às atividades agropastoris – floresta úmida fechada, insalubre, um inferno verde. Ali seria impossível a presença de relações de trabalho escravista para além daquela em que o nativo constituía a força de trabalho, associada ao extrativismo.

No Pará, a população cativa, negra, não ultrapassou em nenhum momento a taxa de 20% da população total da província. Todavia, as relações de produção escravista ali se faziam presentes, fossem na ilha de Marajó, na região do Salgado, no baixo Tocantins, ou no oeste do estado, onde concentrei os meus estudos sobre as sociedades mocambeiras, ali constituídas no século XIX – nos rios Trombetas, Erepecuru/Cuminá, Curuá e nos lagos de Óbidos e Santarém –, hoje materializadas nas comunidades quilombolas descendentes dos mocambos existentes naquela região, então conhecida por Baixo Amazonas (Funes, 1995).

Falar em remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas, é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social ao fugirem dos cacoads, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém e Alenquer. É navegar nas reminiscências vivas, que marcam as experiências sociais e vivências de afro-amazônicas que constituíram seus espaços no alto dos rios Curuá, Erepecuru e, em especial, no Trombetas, onde ser livre era possível.

O Trombetas, assim como outros rios daquela região, se constitui de duas partes. A primeira denominada de “águas bravas”, marcada pela presença de cachoeiras, mais próxima das nascentes, de difícil navegabilidade, até mesmo para uma simples canoa. Territórios de várias nações indígenas, outrora também de refúgio de vários

quilombolas. A segunda, chamada de “águas mansas”, por ser de fácil navegabilidade, tem uma extensão de aproximadamente 200 quilômetros até a sua foz. Trata-se de uma região com terra preta (denunciando a presença de antigas povoações indígenas), hoje pontilhada por comunidades quilombolas, que ali se constituíram ao longo do século XIX. É área de disputa entre essas comunidades, as empresas mineradoras e órgãos federais de preservação ambiental – Reserva Biológica do Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera.

Foi nesse rio de águas negras, emolduradas por castanhais, que se constituiu no século XIX uma fronteira quilombola. Ali, firmaram-se os mais importantes mocambos do oeste paraense, configurando-se uma Amazônia negra. Uma fronteira é sempre final e princípio; ponto de chegada e de partida, âmbito do cotidiano e do desconhecido, geradora de medos e desconfianças; espelho e escudo, eterna contradição de um ser que requer o outro, ao mesmo tempo que necessita diferenciar-se para seguir sendo essencialmente humano.

Rio que se constituiu caminho natural para aqueles que, em processo de fuga, buscavam as águas bravas, onde ser livre era possível. Mocambos que necessitavam, na opinião do governo provincial do Pará, ser destruídos, “em razão dos graves prejuízos que sofrem os lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos” (Governo do Pará, 1847).

Terras de negros sobrepondo territórios indígenas. Momentos de tensões e alianças entre dois segmentos sociais distintos, onde as sociedades nativas tornam-se o Outro frente ao quilombola, sendo forçadas a se deslocar mais rumo ao Tumucumaque, um divisor de águas entre aquelas que deságuam no Atlântico Caribenho e aquelas que descem para o “Mar Dulce”. Ali se encontram com outros negros fugidos da escravidão – os *bush negroes*, configurando-se um elo entre as sociedades quilombolas dessa região amazônica. Uma convivência, ora conflituosa, ora de tolerância, que possibilitou trocas culturais perceptíveis nos *modus vivendi*, em particular no cotidiano das comunidades afro-amazônicas. Houve ali uma troca de saberes.

As marcas desse processo histórico são visíveis na documentação gerada pelo governo paraense: correspondências, relatórios e autos cíveis; nos jornais da época, nas narrativas produzidas por viajantes, em sua maioria cientistas, que visitaram esses rios na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esse processo está visível, e permanente, sobretudo na memória daqueles que são os continuadores dessa luta. Se, num primeiro momento, o enfrentamento visava construir a liberdade rompendo com a escravidão, hoje a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e assegurarem o direito à cidadania.

No diálogo com os narradores, a língua vai se soltando, as palavras vão saindo, configurando elos entre o presente e o passado. “*Vou contá o que me contaram, o que avô contou pro meu pai, o que minha mãe contava... Isso se passou assim num sabe? Não conto o que não sei, é assim a história.*” Ali não há uma história avulsa. Mesmo quando “se lembra de mim” é um lembrar de uma história comunitária; do eu, mas também dos outros. São narrativas carregadas de experiências vividas, ou assimiladas, colando à sua história as histórias de seus anteriores.

São expressões que marcam as falas e nos fazem lembrar ensinamentos do malinês Hampâtê Bâ. Diz ele:

*“Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra”*

Hamatê Bá, 1982: 181-2.

Desde o início da pesquisa, percebi o necessário diálogo com diferentes campos do conhecimento, em especial com a antropologia, a geografia, a história social e a história ambiental cujas fronteiras tornam-se tênues, permitindo aos estudiosos circular por territórios vizinhos, sem comprometer o olhar, a perspectiva de análise e construção de sua narrativa

historiográfica. Há aí um elemento comum, marco de interlocução possível: a noção de cultura.

Cultura que abarca as práticas de resistência diante do poder, resistência que se manifesta tanto na ação política quanto nas formas ocultas e práticas culturais que têm também um forte viés identitário. Cabe-nos buscar e analisar as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, modos de comportamentos – com cuja ajuda os homens de qualquer lugar se representam, perante si mesmos e perante aos demais (IGGS, 1998).

A memória, mesmo sujeita a influências e novos valores – parte natural do processo evolutivo do grupo que a preserva, enquanto elemento que dá sustentação à identidade e ao sentido de origem – mantém um vínculo entre o presente e o passado. Referências repetitivas de fatos, nomes, lugares e atitudes são marcadores significativos, e ao mesmo tempo reveladores, que permitem traçar a trajetória histórica do grupo. Exemplo: vieram da África, fugiram, mocambeiros, remanescentes. É quando a memória vira fonte para a história.

Uma memória que é dinâmica, assim como a história. Segundo Alistair Thonson,

*A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhem para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. [...] Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identidade através do processo de contar história, para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social*

Thonson, 1997: 57.

Através do diálogo com os mais velhos e lideranças comunitárias, adentrei pouco a pouco o passado dessas sociedades e percebi como este é apropriado, e (re)significado. Constatei que os interlocutores possuem uma percepção viva de um passado que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva. Uma memória que remete aos tempos da escravidão; dos quilombos e dos conflitos sociais que marcaram as histórias dos negros, cativos e libertos, e constituíram um corolário de referências para a compreensão do surgimento dessas comunidades negras.

Conforme Bonnemaison deve-se considerar que:

*[...] entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constante e uma espécie de lei de simetria. A paisagem é um primeiro reflexo visual disso, mas toda uma parte permanece invisível porque é ligada ao mundo subjacente da afetividade, das atitudes mentais e das representações culturais [...] O território toma aí todo o sentido que lhe foi atribuído por séculos de civilização camponesa: ele é, ao mesmo tempo, raiz e cultura. Não é fortuito o fato de essas duas palavras terem um mesmo campo semântico e uma referência comum à terra nutridora*

Bonnemaison, 2002: 106-7.

Interagindo com os moradores das comunidades negras, às margens do rio Trombetas – Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cué, Jamari, Juquiri Grande (Juquiriaçu), Erepecu (Aripecu) e Moura –, foi possível encontrar, nos labirintos das memórias, os varadouros que nos levam à história desses mocambeiros e de seus ancestrais, hoje estabelecidos numa área ocupada por aproximadamente 500 famílias, cujos “ramos” estão entrelaçados por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades. Sobretudo, entrelaçados por uma mesma história, partilhando experiências comuns e a constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de um espaço único – terras de mocambeiros.

Ao se referir aos antepassados, eles se voltam menos para o tempo da escravidão, e mais para o dos mocambos, que eles têm como uma espécie de utopia, por representar o tempo da liberdade, da fartura, do respeito aos mais velhos. Assim, “transformam em geral o passado (tudo o que aconteceu) num passado significativo, a história deles” (Price, 1983: 191).

Nas comunidades estudadas, não há guardiões das tradições nem um ritual de transmissão de conhecimentos. Aqueles que detêm a memória histórica, coletiva, são os mais velhos que ouviram as narrativas dos avós, dos pais ou que, movidos pela curiosidade, indagavam sobre o tempo dos mocambos, do cativo, de suas origens. Um dos critérios adotados para escolher os interlocutores foi o de terem origens comuns e serem depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expressas lembranças coletivas; partilhando experiências e a constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de uma territorialidade. Um pertencimento que engendra uma rede de parentesco, que remete aos “ramos” e a um tronco comum de ancestralidade. Os de agora fazem das histórias daqueles suas histórias. Na origem, estão as raízes da identidade.

As narrativas das experiências vão interligando as comunidades negras da bacia do Trombetas, suas histórias se fundem e as memórias se entrelaçam. Ao falar de sua história, do eu, de sua vivência em sua comunidade, o sujeito navega pelas reminiscências de outras comunidades, porque estas fazem parte de sua memória, de sua ancestralidade. Há neste sentido uma rede de parentesco que vincula as comunidades, fortalecendo o sentimento de pertença e de territorialidade; espaços sociais conhecidos e sentidos como seus (Rio, 1998: 23).

As falas vão dando conta de vários lugares de refúgio, nascimentos e encontros. São lugares que constituem um cenário de memórias, configurado num território de negros, conferindo significação e valor à existência. Uma origem comum, percepção viva do passado, que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva, fortalecendo a legitimidade do direito a terra. No diálogo com os narradores,

fui encontrando explicações para o entendimento das estratégias de fuga e de sobrevivência traçadas por aqueles ex-cativos que construíram nos altos dos rios, lagos e matas territórios hoje percebidos como *terras de negros*.

Discutir a interação homem-natureza, mais precisamente, as relações das comunidades negras amazônicas com a floresta em que se inserem e com a qual estabelecem dupla relação de liberdade e de vida; entender como os quilombolas tecem uma cumplicidade com a mata, os rios, as cachoeiras, no processo de fuga e de reprodução dessas sociedades mocambeiras; que leituras fazem da natureza e como a cumplicidade negros/floresta foi quebrada pela chegada violenta de práticas capitalistas – representadas pela mineração, construção de barragem e implementação de políticas preservacionistas, a partir da década de 1970, e hoje com o agronegócio –, são pontos abordados neste texto. Na análise, onde além da documentação e dos relatos de viajantes, recorreremos às narrativas dos moradores do Alto Trombetas. Alguns ouvidos por ocasião do IV Encontro Raízes Negras, realizado na Tapagem, em julho de 1992, numa atividade chamada “Mesa com os Mais Velhos”; outros em julho de 2000, o Sr. Raimundo da Silva Cardoso (Sr. Donga), em julho de 1992, em Oriximiná, e o Sr. José Santa Rita em julho de 1993, no Pacoval – Rio Curuá.

## TEMPO DE FESTA, TEMPO DE CHEIAS, TEMPO DA CASTANHA – TEMPO DA FUGA

A estratégia de defesa dos cativos em processo de fuga, para se embrenhar nas matas – após atravessarem pelos furos de um lago ao outro ou alcançarem os vários braços dos rios através dos paranãs – implicava ser bons conhecedores daqueles espaços, mestres dos rios e das florestas, para chegar acima das primeiras cachoeiras – nas águas bravas –, onde se formaram os mais importantes mocambos daquela região. Um aprendizado adquirido, em grande parte, com os nativos, os indígenas, senhores daqueles territórios; ali, os quilombolas se tornaram senhores dos rios.

Conhecer o meio ambiente era fundamental para o sucesso das fugas, tendo a natureza como cúmplice. No tempo das cheias, capinzais crescem às margens dos lagos, formando tapagens, obstruindo os igarapés que os interligam entre si e aos rios, dificultando a passagem e camuflando os “caminhos”. Segundo o mocambeiro Benedito, que tentou levar consigo alguns companheiros, para chegar ao mocambo “tinha que atravessar um tabocal, passando por um igarapé e depois de atravessar gasta-se andando três dias para lá chegar” (Governo do Estado do Pará, 1811).

O processo de fuga, individual ou coletivo, geralmente ocorria em épocas de festas e, no caso da Amazônia, no período de cheias: dezembro a maio. Nessa região, as festas, em especial as dos ciclos natalino e junino, coincidem com o tempo de inverno e da castanha. O editorial do jornal “Baixo Amazonas”, Santarém, do dia 8 de janeiro de 1876, afirmava ser:

*Aflitivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos, [...] levam abandonado seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e de vez enquanto uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que enche o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados; por este tempo que é o em que se faz a colheita das castanhas*

Uma fuga continuada, e às vezes recorrente, como o caso do carafuz Gregório, conhecido no rio Trombetas por Raymundo, que fugiu no dia 16 de dezembro de um sítio do rio Aritapera:





*[...] Levando em sua companhia a tapuia de nome Maria, juntamente a escrava Sabina com 2 filhos menores pertencentes a D. Maria Martins. Estes escravos foram capturados em março pelo capitão do matto o Sr. cândido Manoel do Espirito Santo e entregues ao Sr. Antônio Joaquim Vianna. É de Supor que os ditos escravos fossem para o mesmo Trombetas e por isso peço as autoridades de Óbidos e mesmo capitão do mato que haja de captural-os*

Baixo Amazonas, 1882.

Esses registros tornam-se interessantes pelo fato de apontarem para o processo de aliciamento procedido pelos quilombolas, uma forma de reprodução dessas sociedades. Veja-se, nesse sentido, o ofício do subdelegado de polícia de Óbidos, sobre fugas ocorridas quando da vinda de quilombolas à cidade:

*Ocazião em que eles cruzão os districtos desta villa, consta que elles fazem esses descimentos por ser o tempo mais oportuno pella facilidade, que dá as enchentes dos rios para se proverem de pólvora, armas e do mais que lhes é necessário. É nesta época justamente que se multiplicão as fugas de nossos escravos por observações que se tem feito, se tem conhecido que elles tem proteção estabelecida dentro desta villa*

Governo do Estado do Pará, 1854.

Em alguns casos, essas tentativas acabavam em confronto aberto entre senhores e quilombolas, como o ocorrido em 18-05-1860, quando mocambeiros do Trombetas atacaram a propriedade de Maria Macambira para ver “se conseguiam levar consigo alguns escravos [...] mas não lograrão seu intento, por que foram acoçados por um filho da senhora que os dispersou, prendendo um dos seus agressores o qual fez revelações relativas aos quilombos que ali existem” (Reis, 1860).

Todavia, muitos chegaram ao Alto Trombetas, como: José Cândido, 50 anos, pescador; Pedro, 55 anos, lavrador; Francisco, 54 anos,

lavrador; Antônia Maria, 60 anos, lavradora, todos africanos, e Samaria, 46 anos, natural de Santarém, filha de Antônia Maria, lavradora. Todos pertenciam a João Antônio Nunes, proprietário em Óbidos (Governo do Estado do Pará, 1878).

Nesse processo de resistência escrava, os altos dos Rios Erepecuru, Curuá e Trombetas, este em especial, configuraram-se como espaço das sociedades quilombolas, onde as autoridades governamentais tiveram pouco sucesso em suas expedições punitivas, empreendidas desde o início do século XIX. Assim, na margem esquerda do Amazonas, “desde Almerim até Óbidos”, havia mocambos que necessitavam, na opinião do governo provincial do Pará, serem destruídos, “em razão dos graves prejuízos que sofrem os lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos” (Governo do Estado do Pará, 1847).

Ao longo desse século, essas comunidades continuaram a crescer, conforme bem registra o “Baixo Amazonas”, de 22 de fevereiro de 1873:

*Apesar da grande falta de braços no que lutam os agricultores do Amazonas, aumentado este mal em que a avultada emigração para os seringais do Alto Amazonas, ainda temos a lamentar as continuas fugas de escravos que diariamente, abandonam seus senhores para se homisarem nos quilombos do Trombetas, em Óbidos, e Curuá, em Alenquer. O número crescido de escravos que contem estes dois mocambos eleva-se, segundo bons cálculos, a mais de mil. Não encontramos outro meio de extinguir os quilombos, já que tem sido impoficuo os meios empregados pelo governo, em suas expedições com o fim de bater os mocambeiro*

Em 17 de dezembro de 1870, o fazendeiro José Joaquim Pereira Macambira enviou uma carta ao chefe de polícia, da Província do Pará, Hermogenes Socrates Tavares Vasconcellos, afirmando que:



*A muitos anos que minha mãe a Sra. D. Maria Margarida Pereira Macambira se ve privada do serviço de avultado número de escravos seus e do seu casal que se achão pio indivisos por terem elles se homeziados nos quilombos dos rios Curuá e Trombetas, sem que os meios empregados e a acção do governo tenham podido tiral-os de uma vida selvatica e restituídos ao animo de seus legítimos senhores*

Governo do Estado do Pará, 1870.

### O lamento do Sr. Pereira Macambira não era solitário.

*Todos os anos se repetem estas cenas e não vemos remédio para isso, ou meio para que possa impedir, sem que a ação da autoridade se pronuncie. Se continuar a fuga de escravos em tão larga escala e com tanto desembaraço em pouco tempo os rios Trombetas e Curuá, terão concentrado em si todo o pessoal escravo do Amazonas e lugares adjacentes*

Baixo Amazonas, Editorial, 1876.

Tempo de festa, tempo de cheias, tempo da castanha – era esse o tempo da fuga.

Estabelecidos acima das corredeiras e cachoeiras, os quilombolas interpunham obstáculos naturais entre eles e seus perseguidores. Ultrapassá-los implicava ser bom de remo e hábil em desviar de pedras. Por sua vez, os caminhos pelas matas encurtavam as distâncias em relação aos rios cheios de meandros, mas, para conhecê-los era necessário ser mestre.

Veja-se, nesse sentido, a narrativa do Sr. José Santa Rita, morador do Pacoval – rio Curuá —, ao fazer considerações sobre a fuga dos escravos que saíram de Santarém e foram em busca de seus parentes refugiados no rio Trombetas.

*Eles queriam ir atrás do pessoal deles, que já tinham regressado um pouco para o Trombetas fugidos.*

*Então, eles fizeram essa mente de que se fosse subir, ela, Maria Macambira, já tava mais ou menos cismada de procurar os outros. Então eles resolveram baixar de Amazonas abaixo no intuito de procurar um lugar onde eles não fossem perseguidos, que ela ia perseguir. Aí, eles foram pra Monte Alegre, porque iam caçando meio de se esconder mesmo, mas como não havia abrigo pra eles aí, por que era muito pertininho da perseguição, arresorveram sarta de Monte Alegre por terra e procurar os destinos deles, pra onde desse pra eles pegarem o rumo dos parceiros que havia ido pro Trombetas. Eles contavam isso assim. Aí saíram atravessaram o Maicuru, mas ainda era perto da perseguição; aí atravessaram o Curuá, mas como é um rio muito seco, era verão, e de pouco alimento pra eles, atravessaram pra vê se pegavam mesmo onde os outros parceiros tavam. Aí foram, não alcançaram. Aí atravessaram o Curuá até que chegaram no Cuminá. Subiram rio acima, procurando lugar pra eles se acamparem melhó, onde podiam fazê as moradas deles.<sup>1</sup>*

Alcançar os parceiros e buscar um lugar seguro, fora do alcance da perseguição, onde fosse fácil encontrar alimentos na natureza, eram elementos presentes nos planos dos escravos que foram para o rio Trombetas. Segundo Sr. Raimundo da Silva Cardoso (Donga), da comunidade Tapagem, no Trombetas: “foi depois que eles fugiram dos senhores, que eles foram fazê a aldeia deles lá muito dentro das cachoeiras do Turuna e Ipoana. A primeira foi Maravilha, a segunda, quando foram atacados, foi no Turuna, daí foram pro Ipoana, lá os homens não chegaram mais”.<sup>2</sup> Padre Nicolino em sua primeira viagem ao Erepecuru, em 1876, encontrou uma “capoeira dos mocambeiros denominada Sant’Ana”, que ficava no estirão Livramento, o primeiro, acima da ilha do Breu.

<sup>1</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 1992.

<sup>2</sup> Entrevista com Raimundo da Silva Cardoso, Donga. Oriximiná, julho de 1993.



Na arte de se tornar quilombola, o ex-escravo vai moldando sua vida à nova realidade, e as pegadas do rio são marcas do tempo. Sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietantes como as águas das superfícies, onde as imagens do macrocosmo refletem no microcosmo das águas, constituindo uma imagem indivisível, um todo único (Oliver, 2001). Mas, silenciosos, taciturnos, contidos em seus sofrimentos como a profundidade dos rios de águas negras do Trombetas. Calados quando necessário. Um silêncio que não é a ausência da fala. No interior da selva constroem seus diálogos e a hora de soltar os gritos.

Mocambos que estão vivos no imaginário dos descendentes, como tempo de liberdade, de fartura, diante de uma atualidade marcada por dificuldades sociais vivenciadas pelas comunidades negras ribeirinhas: o não respeito aos mais velhos e, mais do que a discriminação racial e o preconceito, a luta pela terra.

## VIVER EM MOCAMBOS

A opção pelos mocambos, em especial para aqueles das primeiras levas, significava adentrar o desconhecido, sem a certeza do que encontrar pela frente. Era um recomeçar. Havia o gosto da liberdade, mas também enormes desafios, a começar pelo relacionamento com um novo espaço, a aprendizagem de novos caminhos e a sobrevivência nas matas com o que a natureza lhes dava. Aprendizado feito em grande parte com o nativo, mestre conhecedor do meio ambiente, que tinha o controle sobre aquele território que era seu.

Na escolha do lugar, além do ponto de vista estratégico, os mocambeiros priorizavam áreas onde fosse possível plantar e a natureza fosse pródiga. “Palmeiras e urucurys ahi estão comprovando-lhe a excelência das terras e mostrando que o preto teve dedo na escolha do local para o seu tugúrio” (Cruls, 1945: 42), diz Gastão Cruls, referindo-se ao antigo sítio

do mocambeiro Lauthério no Erepecuru, o mesmo sítio que fora visitado pelo Padre Nicolino em 1876.

“*Chegaram lá foram fazê o acampamento deles*”; “*Fizeram as aldeias*”, “*Construíram as casas e foram buscá a família*” são frases repetidas pelos narradores ao se referir ao momento em que os quilombolas encontraram espaço ideal para se estabelecer, apontando para o *modus vivendi* dos mocambos do Baixo Amazonas.

Nesse novo momento de sua história, o escravo – agora quilombola até então ocupado basicamente em atividades agropastoris e domésticas – estava diante de uma nova realidade: além do cultivo, deveria caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sua sobrevivência. Conforme Santa Rita, os mocambeiros que se estabeleceram nos altos do Curuá, “*lá estiveram um bocado de tempo comendo massa de babaçu feito farinha e umas massas de uricuri, que eles chamavam de nhamundá. Eles sustentavam como bicho do mato*”.<sup>3</sup>

Depreende-se dessa fala a alteração na alimentação, com a inclusão de novos gêneros até então ausentes em seu padrão alimentar. Extrair da floresta seus alimentos tornava-os usualmente próximos aos índios – na perspectiva de construção de uma outra identidade –, com os quais dividiam o mesmo espaço. A expressão “bicho do mato” é bem simbólica, podendo ter cunho pejorativo referindo-se ao nativo, mas pode significar também aquele que pertence à mata, filho da floresta.

Essa “relação maternal” é sentida até hoje na fala dos mais velhos, como na de Rafael Printes Viana, morador da comunidade do Abuí, no Alto Trombetas, para quem: “*a floresta é como nós chamamo essa música – nossa mãe cachoeira – assim nós chamamo, também, nossa mãe floresta, nossa mãe porque dela tiramos pode-se dizer de um tudo, desde a saúde [...] Então quer dizer nossa mãe floresta é vida*”.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Entrevista com José Santa Rita, fevereiro 1992.

<sup>4</sup> Entrevista com Rafael Viana Printes, junho 1992.

Remédios para diarreia e dor de cabeça; fórmulas infalíveis contra veneno de cobra e outros bichos peçonhentos, e cura para outros males eram, e são, extraídos das matas, um grande laboratório farmacêutico, sempre bem utilizado por essas comunidades. A natureza é parte essencial de seu cotidiano.

O extrativismo vegetal, pouco comum no mundo do escravo, por ser uma prática de trabalhadores livres em decorrência de sua especificidade, no quilombo tornou-se tarefa diária e base da economia mocambeira. Um cuidado a mais, na hora de escolher o lugar do acampamento, onde a natureza lhes fosse pródiga, em especial na produção de castanhas. A área em que essas sociedades quilombolas se constituíram era, e ainda é, um castanhal único que vai desde a bacia do Paru do Leste, em Almerim, até a do Trombetas, em Oriximiná, sendo que as melhores “pontas de castanha” estão no alto dos rios, local onde os mocambeiros se estabeleceram.

Além da castanha extraíam: salsaparrilha, cumaru, óleo de copaíba, de andiroba, do pequiá e outros produtos naturais, necessários ao dia a dia dos quilombos. O excedente tinha venda garantida no mercado da região. Entretanto, nem só do pão da natureza viviam os mocambeiros. Eles faziam seus roçados e hortas, onde, além de árvores frutíferas, plantavam leguminosas e outras espécies alimentares. Maximiano de Souza, capitão que comandou uma a expedição punitiva ao quilombo Maravilha em 1855, diz:

*Vê-se a serra Icamíaba revestida de relva, que disse o preto Benedito [quilombola que servia de guia] ser essa relva batata doce, que ali cresce espontaneamente e de que se alimentam os mocambeiros e os gentios, disse mais ainda que nessa serra em certo tempo do ano, fazem grande caçada de porco montez que charqueiam para o abastecimento do mocambo*

Souza, 1875.<sup>5</sup>

Soma-se à culinária dos mocambeiros a paca, a anta, o macaco-guariba e outras espécies animais comestíveis, típicas da região.

Ainda segundo Sr. Donga, sua avó lhe contou que, quando os cativos fugiam,

*Eles não levavam feixe de maniva não, meu filho, aquelas caboca, molatas grande, que tinham os cabelos grandes, quando elas tavam iniciando pra fugi, eles iam na roça tiravam a semente da maniva, porque maniva dá semente, semente de tudo quanto é planta e iam metendo na volta do cabelo pra prendê tudo quanto era semente, quiabo, melancia, maxixe, quando eles fugiam, aqueles que tinham cabelo grande desembrolhava ali dava com a trocha da produção e assim foram levando, que quando os outros chegavam já tinham para o sustento.*

Chama a atenção na fala de Donga, mais do que a representação das negras com seus cabelos enfeitados de sementes, o fato de a maniva ser a primeira planta mencionada. Sem ela, ou a macaxeira, não há farinha, produto básico na alimentação da população ribeirinha, até hoje. Mistura-se com feijão, come-se com peixe, com açaí, e na falta de qualquer produto para misturar, faz-se o chibé – farinha, água e açúcar. Outro ponto interessante é a preocupação em garantir o sustento para os que chegassem depois. Sem dúvida os roçados eram pequenos e o trabalho se baseava na unidade familiar.

Nesse processo, na medida em que os quilombolas buscavam garantir a sua autonomia e reprodução, constituíram um campesinato centrado em pequenas roças e nas relações de produção baseadas na unidade familiar e no trabalho coletivo representado pelos puxiruns; em especial no momento de fazerem o roçado e construírem casas. Práticas de solidariedade e de confraternização. Os homens assumiam as tarefas externas, em especial nos roçados, as mulheres cuidavam da alimentação

<sup>5</sup> Com o referido texto, João Maximiano de Souza pretendia corrigir algumas “inverdades, sobre o Trombetas, colocadas por F. Bernardino de Souza no seu livro Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas.

e à noite, geralmente, era momento da dança. Aspectos como esses – do “puxirum”, da facilidade de conseguir alimentos junto à natureza, permitindo uma “vida tranquila” –fazem com que, no imaginário dos descendentes, o mocambo pareça uma “terra sem males”, a “cidade Maravilha”.

Em 1866, Frei Carmello Mazzarino esteve por dez dias entre os quilombolas do Alto Trombetas. Considerando a data e a descrição feita por ele, visitou os mocambos de Colônia e do Campiche, para onde aqueles se transferiram após o ataque da expedição comandada por Maximiano de Souza, em 1855. Ali, esse franciscano encontrou “cerca de 130 pessoas, além de índios que estão no meio dos pretos, os quais estão divididos por muitos lugares e em cada um achei uma linda capelinha onde praticão atos religiosos” (Cartório do 2º Ofício de Óbidos, 1868).

As habitações localizavam-se nas partes altas das margens, em terra firme, fora do alcance das enchentes e, evidentemente, em lugares estratégicos; muitas vezes ocultas à visão de quem passasse pelo rio, em posição cômoda e bem escolhida, como as 36 casas “construídas de taipa, cobertas de palha e porta de japá”, encontradas por João Maximiano de Souza no Mocambo Maravilha, em 1855, dando a ideia de um aglomerado de moradias formando uma pequena vila, tendo os roçados mais para o centro (Souza, 1875). Esse aspecto revela a existência de dois espaços: o de morar e o de trabalhar. Até hoje, nas comunidades negras o local onde se faz o roçado chama-se centro em relação à margem do rio, espaço de moradia e de sociabilidade.

As casas construídas pelos mocambeiros eram “pequenas palhoças feitas de quatro esteios, cobertas de palha, abertas, com um girão, uma espécie de tecto feito de achas do stipo das palmeiras, sobre o qual dormem em redes, presas aos caibros da cobertura. Prevenidos dormem assim ocultos” (Rodrigues, 1875: 27). O mesmo modelo de habitação vista por O. Coudreau, no final do século XIX: uma casa com divisão bastante simples, composta por “duas peças, uma para conversar, por que tem alguém mais conversador que um negro mocambeiro? E outra

para dormir”. Para ela, um tipo de moradia condizente com o modo de viver dos negros aquilombados, “uma promiscuidade repugnante” (Coudreau, 1901: 178).

O tipo de habitação descrita por Barbosa Rodrigues, em 1875, e por Coudreau, em 1899, era semelhante ao do velho Ricardo e sua “consorte”, moradores da cachoeira Porteira, que pode ser visto em foto de 1934, feita pelo fotógrafo da 1ª Comissão Demarcadora de Limites de Fronteiras (Aguiar, 1942). Uma construção de madeira, coberta de palha, tipo paliçada amarrada com cipó, que deve ser o timbó-titica, o mais usado e tido como resistente na região. Vê-se, nesse caso, a área que corresponde à cozinha, o espaço mais público da casa. Ali recebem as visitas, toma-se café e, como não pode deixar de ser, conversa-se. Pode-se observar o fogão construído com lascas, colocadas no sentido horizontal e recheado com terra compactada. Compõe o conjunto dos elementos indispensáveis o pilão, nesse caso construído de forma horizontal e com duas bocas, empregado para beneficiar o mantimento, pilar arroz e milho.

Chamam a atenção, ainda, nessa foto, alguns objetos de uso cotidiano, como o jamaxi, a peneira, ambos feitos de fibras, sinais evidentes de influência indígena; o casco de uma tartaruga – cuja carne, provavelmente, garantiu as refeições daquela família por alguns dias – transformado em utensílio doméstico.

Nas matas, os mocambeiros encontravam sementes oleaginosas como o “uixi-pacu” e “piquiá”, com as quais fabricavam óleos empregados na iluminação. Segundo Barbosa Rodrigues:

*Das frutas maduras tiravam o epicarpio e mesocarpio, aquecia-os um pouco em umavasilha e mettia essa massa dentro de um Tipity expremendo-a, corria então um lindo óleo amarello, muito transparente, porém de um cheiro um pouco nauseante, que se concentrou logo que a temperatura baixou, tornando-se esbranquiçado. Alguns derretem a massa ao fogo e apuram o óleo. Empregam-o geralmente só para luz*

Rodrigues, 1875: 19

Nos rios e lagos buscavam, e buscaram até hoje, o peixe, alimento diário. Faziam grandes salgas para se alimentarem nos períodos em que o pescado escasseava. Incorporavam à culinária a carne e ovos de tracajá e tartaruga, quelônios altamente apreciados pelas populações ribeirinhas.

Esses elementos remetem à relação mocambos-meio ambiente. Na Amazônia uma relação significativa para o sucesso das fugas, da resistência e, sobretudo, para a sobrevivência e reprodução dessas comunidades enquanto organizações sociais diferenciadas da sociedade escravista.

## MARAVILHA: SOBREVIVENDO ÀS EXPEDIÇÕES PUNITIVAS

As comunidades quilombolas que se constituíram nos altos rios da Guiana Brasileira foram por diversas vezes atacadas por expedições punitivas, mas também visitadas por religiosos, cientistas, comerciantes e pessoas comuns da região. Se, por um lado, isso significou a inserção daquelas comunidades no contexto local, por outro, representou a sua legitimidade e a concretude de um espaço de liberdade que sobreviveu à sociedade escravista. A existência desses quilombos por tão longo tempo, com um contingente populacional significativo, implicava a presença de uma estrutura de poder e liderança capaz de manter a unidade, coordenar a resistência, e garantir a reprodução dessas sociedades.

Frei Carmello Mazzarino, quando de sua subida pelo Trombetas, em 1866, ao se encontrar com os mocambeiros, manifestara o desejo de ir até o local onde viviam. Teve que esperar 15 dias pela resposta. Enviaram alguns quilombolas para consultar as lideranças do quilombo, e somente então foi autorizada a entrada daquele religioso no mocambo; antes, ainda, mandaram “adiante uma canoa para avisar aos outros e evitar alguns insultos, por que entre eles tinham resolvido matar a qualquer um que introduzisse um branco na morada deles” (Cartório do 2º Ofício de Óbidos, 1868).

Os quilombolas do Curuá que conseguiram escapar do ataque, “foragidos pelas matas, vieram se estabelecer no Trombetas”, aos quais se juntara Athanázio, um carafuz escravo do Major Martinho da Fonseca Seixas, morador de Óbidos, que fugira em 1821, com mais 40 companheiros, estabelecendo-se num lugar que ficou conhecido por *lago do Mocambo*. “Ahi chegando soube granjear a amizade e tornar-se respeitado, de maneira que fez-se eleger governador ou maioral e estabeleceu um governo despótico electivo, sendo elle senhor de baração e cutello, a exemplo do que praticavam no Curuá. [...] Em 1823, uma expedição bateu o dito mocambo aprisionando todos, até o rei Athanázio, que mais tarde tornou a fugir e fundou um novo mocambo” (Rodrigues, 1875: 25).

Tavares Bastos, bem antes de Barbosa Rodrigues, em 1866, afirmou que os negros do Trombetas viviam “debaixo de um governo despótico e eletivo [provavelmente o dito Athanázio] com efeito eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e sub-delegados são também electivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conheceram nas povoações” (Bastos, 1866: 201).

Procurando confirmar as informações de Bastos, Barbosa Rodrigues, em sua viagem pelo Trombetas, indagou a alguns quilombolas – “muitos dos quais vivendo ali há mais de 30 annos” – se existia entre eles esse tipo de governo, ao que responderam, “que procurando eles a liberdade, não se sujeitavam a poder algum, que cada um governa a sua família, e que como o proveito era comum viviam na maior união sem que até o presente tivesse havido um só caso de homicídio (Rodrigues, 1875: 26).

Se Bastos não confirma, também não nega que, assim como Barbosa, teve como referência, para as suas conclusões, a história de Athanázio, a quem chama de “governador”, “maioral” e “rei” que se fizera “eleger”. O fato de existir a “maior união”, impedindo que houvesse “um só caso de homicídio”, significava a presença de uma estrutura de poder que, mesmo diluída, administrava os conflitos internos, garantindo o “proveito comum” e a “união”, elementos indispensáveis à segurança e reprodução dessas sociedades.







Há de se considerar que talvez os quilombolas não vissem entre eles esse poder despótico a que se referem Bastos e Rodrigues, o que não significava, por sua vez, a ausência de uma estrutura de poder e autoridade. Mesmo que na segunda metade do século XIX tenha desaparecido a figura da corte, sua representação continua até os dias atuais nas manifestações culturais como o Aiuê e o Cordão do Marambiré, com os Reis de Congo, Rainhas Auxiliares, Valsares e Conramestre, onde a autoridade máxima está na figura do Rei de Congo. Um poder que poderia estar diluído entre os mais velhos, o que hoje é lembrado pelos remanescentes, que já não sentem o “respeito dos jovens”. A autoridade de um idoso representava a de um pai: “cada um manda em sua família”.

Não era rara a presença de índios vivendo nos quilombos, como constatara Frei Carmello de Mazzarino, em 1866. Desse convívio marcado por momentos de conflitos e de solidariedade, resultaram marcas significativas, expressas nos tipos comuns naquela região: o cafuzo e o tapuio. Marcas visíveis tanto nas comunidades negras como entre os grupos indígenas. Em 1934, a Comissão Demarcadora de Fronteiras encontrou, no Trombetas, um núcleo de índios Katxuyana, composto por 13 indivíduos, “mantendo estreita ligação com os pretos do mesmo rio que os empregam na colheita da castanha e balata, além de servirem de suas mulheres. Muitos desses índios apresentam caracteres afro-mesclados com o mongólico característico das raças indígenas brasileiras” (Aguiar, 1942: 312). Ao que tudo indica, pouco ou quase nada havia mudado em relação à descrição feita por Barbosa Rodrigues em 1875.

Convém mencionar a leitura feita, por essa comissão, das comunidades negras que se encontravam “em estado semibárbaro, por haverem assimilado totalmente os usos e costumes dos índios com os quais estiveram em contato. Vivem da caça, pesca e extração de produtos naturais” (Idem, ib.: 284) Por muito tempo, os regatões, esses “mascates fluviais”, eram os únicos que se atreviam a subir os rios e adentrar os espaços dos quilombos. O rio Trombetas “temido pelo grande mocambo [...]

conservava-se sempre misterioso, guardando os regatões a chave deste mystério, que por conveniência exageravam os perigos que ahi corria o indivíduo que tentasse explorá-lo”. Que o diga Frei Mazzarino, que ao chegar a cachoeira Porteira soube, com extremo desprazer, que um comerciante de Óbidos e acostumado a negociar, “ou, antes furtar aqueles pobres pretos fugidos do Trombetas, lhes disse que escondessem para o interior das terras e não apparecessem ao padre que chegava para levar a força do governo, debaixo do pretexto de religião, vinha atraí-los, o que foi o bastante para que muitos adentrassem pelas matas outros mais intrépidos e resolutos esconderão pelos arredores para ver o fim” (Cartório do 2º Ofício de Óbidos, 1868).

Esses fatos demonstram não apenas os “desembaraços com que os mesmos escravos fugidos transitão por toda parte bem protegidos”, como sua inserção na sociedade escravista, tornando pública e notória sua presença nas cidades (Baixo Amazonas, 1876). Tais narrativas mais do que nunca evidenciam a legitimidade dessas sociedades quilombolas e a importância que ocupam no cenário socioeconômico da região, a ponto de os “negociantes abandonarem o comércio dos povoados para se embrenharem nas mattas onde estabelecem casas de negócio para só traficarem com os escravos, que seduziram da companhia de seus senhores” (Idem).

Dados estatísticos, referentes à produção de Óbidos, em 1867, revelam o seguinte:

*Tabaco – era cultivado em menor escala que o café. A maior quantidade e a melhor qualidade que aparece no mercado de Óbidos é proveniente dos mocambos do rio Trombetas (Penna, 1869: 19). “Quando procura-se por tabaco: pergunta-se logo quer o do mocambo? É o melhor” (Rodrigues, 1875: 27). Castanha – abunda em vários lugares da terra firme e nos valles de montanhas. É o Trombetas que fornece a maior parte do que chega ao porto de Óbidos. Óleo de cupahyba – em 1867 foram exportados 160 canadas (419520 litros). Este produto se encontra em numerosos lugares*

*de município, mas a maior quantidade é procedente do Trombetas.<sup>6</sup> Salsa – A exportação no mesmo ano foi de 154 arrobas e 16 libras. Provém, também, pela maior parte, das terras do Alto Trombetas*

Penna, 1869: 19-27

Pergunta de resposta simples e rápida: Quem habitava o rio Trombetas e os vales das montanhas?

São esses fatos que nos levam a perceber uma legitimidade conseguida por esses mocambeiros que, mesmo tendo afetado o sistema escravista, não comprometeram a economia local. Ao contrário, dedicando-se ao extrativismo e à agricultura, apesar de incipiente, garantiam um excedente de farinha, fumo e produtos naturais, em especial a castanha, fortalecendo, pois, o mercado regional. Aliás, como produtores, os mocambeiros ocupavam boa fatia do mercado local.

Se destruir os mocambos restituía os escravos a seus senhores, por outro lado, como se vê, contrariava os interesses de um segmento considerável da sociedade local – os comerciantes, muitos dos quais ocupavam cargos públicos e, por conseguinte, gozavam de prestígio político. Havia, portanto, um forte jogo de interesses entre o poder local e o Estado, no tocante à destruição das comunidades quilombolas.

Os quilombos integravam-se ao contexto, ocupavam espaços na economia extrativista, resistiam e sobreviviam às ações repressivas, como fica claro no ofício do delegado de polícia de Óbidos:

*[...] neste districto existem já de muitos anos os quilombos do Alto Trombetas, além das suas cachoeiras, assim como o do Mamiá, braço do lago Curuá Grande, para os quais todos os annos se tem evadido não pequeno número de escravos calculando-se o número delle, desde o anno de 1840, contar parte para mais de 150 de ambos os sexos, fora o que antigamente existião nos mesmos quilombos, cujo mesmo não nos he dado acertar hum calculo por*

*já serem bem antigos. Só em 1827 teve lugar alguma destruição no rio Trombetas por uma expedição desta villa capturando muitos escravos, sempre escaparão alguns que para ali continuarão a persistir nas mattas*

Governo do Pará, 1854.

Permanecer nas matas era o desafio que os mocambeiros impunham às autoridades que reconheciam a duração dessas sociedades. Uma resistência que incomodava os governos, gerando desabafos como este de Rego Barros, presidente da Província: “procurando tanto quanto permittem minhas forças curar algumas chagas de longa data, e que muito fataes poderião tornar-se no futuro. Refiro-me aos quilombos que estão espalhados em diferentes pontos da Província”.<sup>7</sup>

Inexpugnáveis, persistências, chaga de longa data, são expressões que simbolizam a duração e a legitimidade dessas comunidades quilombolas. Uma legitimidade expressa na sua inserção na sociedade local, pelo fato de serem visitadas por religiosos, cientistas, viajantes, negociantes e pessoas comuns, e, sobretudo, pelo fato de as expedições punitivas deixarem de ocorrer no Trombetas ainda na década de 1860. No Cuminá/Erepecuru nunca chegaram a ser efetuadas e no Curuá, foram mais efetivas até o final da década de 1870, quando, em 1876, foram presos e levados para o presídio São José em Belém 150 quilombolas do mocambo do Inferno. Práticas repressivas que não foram suficientes para destruir os quilombos ali constituídos.

Nos mocambos do Trombetas, as ações repressivas foram sustadas após a década de 1860. Observando-se as expedições enviadas a esse rio, percebe-se a periodicidade com que foram realizadas e o inexpressivo sucesso obtido, no tocante à prisão de quilombolas. Apesar de considerados antigos, só em 1827 teve lugar “alguma destruição no rio Trombetas por uma expedição dessa villa, que capturando muitos escravos, [entre eles o rei

<sup>6</sup> Canada: antiga medida – 1 canada igual a 2622 l.

<sup>7</sup> Fala do Presidente da Província, Rego Barros, à Assembleia Provincial 26-10-1855.

Atanásio] sempre escaparão alguns que para ali continuarão a persistir nas mattas” (Governo do Pará, 1854).

Nos fins de 1852, portanto 25 anos depois, seguiu para o Trombetas uma expedição enviada pelo delegado de polícia de Santarém, auxiliada pela vila de Óbidos, tendo por guia,

*hum escravo de D. Maria Macambira, que se havia apresentado, cuja diligência teve de retroceder já das praias daquele rio, por infelizmente haver adoecido das sezoens quaze todos os praças de que se compunha a diligência e alguns remeiros, depois do que nenhuma outra diligência se tem posto em prática pela absoluta falta de meios que estejam a disposição das authorities policiaes para ocorrerem às despezas que urgem diligências desta natureza. Posso certificar a V. Sa que nestes últimos anos de 1851 a esta parte tem sido neste districto mais freqüentes as fugas de escravos podendo atribuir-se a tal ou qual certeza que elles tem de não serem perseguidos nos seus quilombos*

Governo Do Pará, 1854.

Segundo o delegado de Óbidos à época, o fracasso das expedições se dava não em razão da falta de energia das autoridades locais, mas especificamente em razão da falta de meios necessários para pôr em “prática” convenientes diligências.

Os relatos de João Maximiano de Souza sobre a expedição que comandou, em 1855, contra os quilombolas do Trombetas dão uma ideia da dimensão e das dificuldades dos combates a essas “chagas” tão temidas pelas autoridades governamentais (Souza, 1875).

No mês de outubro de 1855, coube àquele capitão o “árduo encargo de comandar uma expedição ao rio Trombetas, composta de 190 praças”, a fim de bater os negros que se “achavão aquilombados nos famosos mocambos desse rio, d’onde annualmente sahião para, em suas excursões pelos districtos de Óbidos e Santarém, praticarem roubos e quantas depredações lhes parecia”. É bom lembrar que esse texto foi escrito depois da publicação das obras de Tavares Bastos, em 1866, e ao

mesmo tempo que João Barbosa Rodrigues, em 1875, falava da tranquilidade com que os mocambeiros vinham a Óbidos, transitavam publicamente, tomavam a bênção de seus antigos senhores, e compravam o que era necessário.

Após essas rápidas observações, é interessante voltar à expedição que estava sob o comando de Maximiano de Souza, que “não surtiu o effeito desejado pelas eventualidades e obstáculos naturaes que a cada passo burlavão o meu intento, sem contudo desanimar-me de prosseguir na diligência até o ponto que era destinada”. Se por um lado não consegui surpreender e aprisionar os quilombolas, por outro conseguiu destruir suas habitações, “verdadeira cidadella ou praça de guerra e pol-os em debandada, conseguindo mais evitar que d’ahi por diante elles continuassem em liberdade a fazer novas e funestas execuções”.

Maximiano procurava valorizar, de forma equivocada, o resultado de sua expedição. Os quilombolas não foram presos, eles se retiraram e se estabeleceram na cachoeira Campiche, acima do local em que estavam, onde, provavelmente, Mazzarino os encontrara em 1867, chegando a se estabelecerem no Turuna, conforme fala de Sr. Donga, de onde saíra o mocambeiro Antônio Basílio, preso em 1876, no distrito de Alenquer no rio Curuá. Em liberdade, aqueles quilombolas continuaram a fazer suas excursões e incursões pelas vilas, circulando por lagos e rios da região.

Além de obstáculos naturais, Maximiano, entre outras dificuldades, teve que:

*luctar com a moléstia que se desenvolveo na tropa expedicionária e a insobordinação de parte della como se tudo se comprasia em nulificar a minha marcha. Resta-me a consciência de ter cumprido o meu dever, embora sinto até hoje os terriveis effeitos da moléstia que adquiri nos insalubres lugares que percorri [...] Para transpor as cachoeiras exige-se canoa adaptada para este mister, tripolada com piloto especial e equipagem adestrada neste modo de viajar todo escepcional.*



Até chegar ao mocambo Maravilha, a expedição atravessou aproximadamente 15 cachoeiras, entre elas a do Caldeirão do Inferno, acima da qual o rio perde a sua “forma ordinária e confunde-se n’uma infinidade de ilhas superpostas uma as outras tantos canaes difficilmente navegaveis, até rumo N.O.” (Souza, 1875).

Cachoeiras “medonhas” que constituíram obstáculos naturais a ser transpostos por aqueles que pretendiam chegar aos mocambos. Elas retardavam as expedições, dando oportunidade aos mocambeiros, que, avisados das diligências, se deslocavam para outros lugares. Uma aliada natural, hoje cantada em versos pelos remanescentes: “Mãe Cachoeira se não fosse você eu não estaria aqui”<sup>8</sup>.

Quando Maximiano se encontrava na cachoeira Quebra-Pote, ou Engolideira, para seu desconforto, o capitão do mato, que era o guia da expedição, veio dizer-lhe que não podia mais conduzir a tropa “d’ahi por diante pelo motivo de não saber dos caminhos. Este inesperado incidente longe de me causar desânimo acorçoou mais meu desejo de bem despenhar a minha ardua Missão”. O capitão deve ter se perguntado: E agora? Sem guia, e sem um rumo certo a seguir, a única saída encontrada foi confiar no “instinto dos gentios” que o acompanhavam, depositando “neles inteira confiança”. Mais uma vez faz sentido a fala de Manuel da Costa Vidal, em 1813, sobre a importância de se ter os índios como aliados por serem excelentes guias.

Mas nem todos os momentos foram de desencantos e desenganos para esse comandante. À frente da expedição seguiam alguns negros em fuga, após terem visto a tropa. Eram mocambeiros do Maravilha que baixavam o rio para negociar e, ao terem deparado com a diligência, procuravam voltar ao mocambo e avisar os demais companheiros, conforme narração seguinte:

*[Na] marcha precipitada em que ião quiz a fatalidade que elles perdessem, ao transpor uma cachoeira, a pequena canoa em que navegavão, e sem outro recurso*

*mais do que prosseguirem na viagem por terra, foi fácil agarrar-se um dos fugitivos, preto escravo de nome Benedicto, que d’ahi por diante foi nosso guia; que com certeza deve ter esticado o caminho para dar tempo aos seus companheiros não serem apanhados, já que forão elles os que levarão a notícia ao quilombo da ida da tropa, e, por conseguinte, os que malograram a expedição.*

Ao ser interrogado, Benedito informou que descia o rio com seus companheiros para se “refazerem do que lhes era preciso no mocambo [...] que comportava pessoal de ambos os sexos, superior a 70 negros; que estavam em contacto com os gentios, menos alguns que são antropofagos”.

Quando tudo parecia resolvido, já que conseguira um guia, peça-chave para o sucesso de uma diligência, Maximiano deparou com um novo problema: a deserção de parte de sua tropa. Pelo seu desabafo, dá para perceber a angústia por que passara. Diz ele: “Empenhado nesta viagem fui superando dificuldades, que a cada passo surgirão para embargar-me o passo; via-me já a braços com a fome e com a peste, restava-me a traição enfrentar-se para me desanimar”. Fato que não o deixou a esperar.

Numa das paradas para pernoite, foi notificado por um soldado, encarregado da ronda, que “muito praças formavão o projecto de abandonar-me e retrocederem para se recolherem a seus domicilíos, distinguindo-se entre os sediosos os praças do batalhão de Obidos”. Ciente de tal ocorrência, mandou formar a tropa e intimou “aos cobardes que desejão voltar que dessem um passo a frente”. Se o capitão esperava que fossem poucos os “sediosos”, teve uma surpresa: 47 praças deram um passo à frente, sendo 32 de Óbidos, 6 de Santarém, 9 de Vila Franca e ainda 1 de seus homens de confiança e de comando, o alferes Alvarenga, que deu “parte de doente”. A expedição sofreu uma baixa razoável de 48 praças. Tal episódio ocorrera antes da foz do rio Cachorro.

<sup>8</sup> Verso de “Mãe Cachoeira”, de Mimi Viana, morador da comunidade negra da Boa Vista, Trombetas.



Adoentados, Maximiano, o tenente Gentil, e o que restou de sua tropa, chegaram ao Mocambo Maravilha, que ficava numa ilha com este nome, dado pelos negros. Todavia, ali não existia mais mocambeiros. Avisados por seus companheiros, haviam fugidos, mas, antes, tiveram a “preocupação de incendiarem as casas e destruirão o que não puderam conduzir. Fugiram em 18 canoas, que tantas eram as que ali existirão em termos de navegar, como informou o prisioneiro Benedito”.

Embora os Mundurucu tenham perseguido aqueles quilombolas, não conseguiram alcançá-los, encontrando, no entanto, com gentios, “uns de cor alva e barbados e outros de cor abronzado e cabellos crespos”. Segundo o mocambeiro Benedito, esses índios estavam sempre em contato com os negros quilombolas e negociavam com os “comerciantes ou mascates de Demerara”, e com certeza devem tê-los auxiliado na fuga. Os negros se estabeleceram acima do Maravilha, na cachoeira Campiche. Sem êxito e com o restante da tropa atacado “de febres de mau carácter”, acabaram por perder o guia Benedito, que, se aproveitando “de uma noite de temporal, da confusão em que estavam os guardas evadiu-se”. Assim, doentes, enfrentando temporal, por ser tempo de inverno, regressaram e, na descida, ao passar uma das cachoeiras ficaram sem “três canoas, que se quebrarão, perdendo-se correames, armamentos e munição que ellas trazião”.

São significativos os últimos parágrafos do relatório de João Maximiano de Souza que nos dá uma dimensão do significado da derrota sofrida, das perspectivas de luta contra os mocambeiros e das saídas possíveis de enfrentamento de forma mais eficaz. Diz ele:

*É minha opinião, que os negros quilombolas hão de sempre zombar da força pública que alli for para batel-os, pelos muitos recursos naturaes que lhes presta o terreno, quasi inacessivel e pestilento, concorrendo também efficazmente a alliança em que estão com os gentios, sendo-lhes, por isso facillimo transportarem-se guiados por aquelles centros. Operada a catechese*

*dos gentios ficarão então os negros isolados e desprotegidos desse auxilio vantajoso. Assim terminou aquella diligência vindo a morrer de molestia alli adquirida um terço da tropa que seguio a bater o quilombo do Trombetas.*

Depois dessa expedição, não se tem conhecimento de outras ao rio Trombetas, onde, em 1867, frei Carmello Mazzarino esteve, mas não com o objetivo explícito de combater os mocambeiros. Procurava desenvolver uma ação catequética junto aos índios e os negros daquele rio. Esse religioso fala em 30 mortos na última expedição realizada ao Trombetas, provavelmente a de Maximiano. “Os mocambeiros poderiam ter massacrado toda a força, se tivessem querido.” É o que afirmaram alguns quilombolas que ali viveram, em depoimento a O. Derby, em 1876 (Derby, 1897-98). No entanto, preferiram a tática da fuga, levando tudo o que podiam, em alguns casos destruindo o que restava. Tática esta que parece ter dado resultado, já que outras diligências não se atreveram a superar as cachoeiras do Trombetas para alcançar os mocambos que estavam além delas. E acrescenta Derby:

*[muitos] pretos têm-se mudado para um pouco mais rio abaixo, e alguns mesmos descartando-se a proteção das cachoeiras e estabelecendo nas margens dos lagos abaixo destas, com o fim de obter maior facilidade para o comércio clandestino, que mantém com Obidos, e talvez também para dar aviso em caso de perigo. Aquelles que vem até a parte inferior do rio tem quasi segura a sua liberdade e alguns entretem relações mesmo com seus antigos senhores (Idem: 369-370).*

A expedição fracassou. Foi a primeira e a última que atacou os mocambeiros do Trombetas, como pode ser visto na fala de seu comandante. No entanto, a partir dela, pode se desenhar o mapa dos mocambos no rio Trombetas, somado a outras narrativas.

Os quilombos podiam ser destruídos, os quilombolas não. Assim como as árvores que têm seus troncos decepados, mas mantendo

as raízes, brotam novamente; ou como as sementes, que levadas pelos pássaros e rios nascem em outras paragens, com a mesma qualidade, os mocambos nasciam e renasciam com o mesmo ideal de liberdade em outros cantos das matas, lagos e rios.

No verão de 1876, alarmados pela destruição do quilombo do Inferno, no rio Curuá, os do Trombetas retiraram-se temporariamente para uma posição mais segura, “numa restinga que fica entre o rio Trombetas e o rio Faro que deságua na primeira cachoeira chamada Porteira, restinga esta situada de tal modo que d’ela ninguém se pode aproximar sem atravessar uma cachoeira muito perigosa, que dá muito tempo para eles fugirem. Na realidade sem o auxílio de um quilombola para guiar, poucos ousariam tentar atravessar a cachoeira” (Idem, *ibidem*).

No seu cotidiano, os mocambeiros construíram resistência, inserindo-se no meio ambiente, tirando dali não apenas o seu sustento, mas também algumas estratégias de lutas. Acionando sua rede de relacionamentos, integraram-se ao mercado local, ocupando um espaço significativo na produção extrativista, sobretudo na de castanha e óleos vegetais, o que lhes garantia uma relativa autonomia.

Autonomia que contribuiu, em especial nas últimas décadas da escravidão, para uma afluência maior de escravos aos quilombos, acentuando a crise de um sistema combalido e uma agricultura que nunca chegou a ser autossuficiente. Uma situação que já vinha de algum tempo. Conforme registros da época:

*Fazendeiros teem-me comunicado o estado anormal, em que a existência conhecida de taes quilombos os tem collocado, impossibilitando a disciplina pelo fundado receio da fuga e acoutamento certo nesses lugares, onde os fugitivos encontram segurança contra qualquer tentativa de apprehensão. No estado de penúria de braços em que se acha a agricultura, esta causa agrava profundamente o mal não só pela privação dos*

*que se evadem, como pela falta de disciplina dos que conservão, sempre indolentes e ameaçadores.*<sup>9</sup>

Eram os mocambos afetando o sistema escravista. Não só pelo fato de serem lugares de refúgio, mas porque davam ao escravo mecanismos de pressão e influência na sua relação com o senhor. A ameaça de fuga significava para o cativo uma estratégia para ampliar o seu espaço de negociações e garantia de conquistas. Mesmo não estando no mocambo, o cativo sabia se valer deste, na sua luta cotidiana para conseguir e manter alguns direitos conquistados.

“Não se pode precisar”, “não se sabe o lugar certo”, “foram batidos mas mudarão para outros lugares”, são frases comuns aos relatórios e ofícios trocados entre as diversas autoridades do Baixo Amazonas e o Governo Provincial, o que aponta para a incapacidade das autoridades governamentais de pôr fim a essas sociedades quilombolas.

Convictos de não serem mais perseguidos, iniciaram a descida para as “águas mansas” dos rios. Era o início do retorno.

## AS MARCAS DOS CAMINHOS

Nos caminhos para as águas bravas as marcas dos mocambeiros foram ficando ao longo das margens do rio Trombetas, nos nomes dados às cachoeiras, ilhas, lagos e igarapés. Localidades onde se constituíram pequenos mocambos que serviam de apoio e alerta para as comunidades quilombolas maiores estabelecidas próximo à cachoeira Porteira e acima desta. “Infelizmente, Coudreau em seu livro trocou os nomes de algumas cachoeiras dados pelos mocambeiros e únicos conhecidos no município” (Ducke, 1909: 59).

Com base na documentação consultada, nos relatos de viajantes e em depoimentos dos remanescentes, foi possível pontilhar o trajeto dos quilombolas durante a fuga, que chegaram ao máximo no Trombetas, na cachoeira Campiche e igarapé Poana.

<sup>9</sup> João da Silva Cerrão. Discurso de abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial: 7-04-1858.



É verdade que os principais mocambos estavam no alto dos rios, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras. No entanto, abaixo destas, nos igarapés e nos lagos como Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abuí, Jacaré, Tapagem, Erepecú (Arepecu) e Moura, havia quilombos menores, antigos locais de reunião de mocambeiros, que poderiam servir de apoio, tanto para fuga e comércio com os regatões, quanto para a resistência, sobrevivência e reprodução daqueles sociedades situadas nas águas bravas, haja visto que muitos destes lagos são interligados e os “caminhos”, só podem ser percorridos por aqueles que são “mestres” como é o caso dos “mocambistas”. Segundo Derby, “o lago de Arapicú diz-se que comunica no inverno (tempo da cheia) pelo lado de cima com um braço do lago Jacaré, parecendo que os dois juntos formam um antigo canal do rio separado atualmente por uma zona importante de terras elevadas, nas quais existem diversos lagos. Refere-se também que ele recebe um igarapé de tamanho considerável” (Derby, 1897-1898: 373). Por onde provavelmente se comunica com o rio Erepecuru.

Significativo é o nome da primeira cachoeira do Trombetas, batizada pelos missionários franciscanos como São Miguel Arcanjo (Rodrigues, 1875: 22). Anjo guerreiro anunciador que simbolizava a luta daqueles religiosos contra o paganismo, a selvageria e a barbárie dos nativos. Ao atravessá-la, os negros rebatizaram-na com o nome de Porteira. Um marco de resistência, um divisor de dois tempos e lugares: o tempo das águas bravas, dos mocambos, e o tempo das águas mansas, o das comunidades remanescentes. Tempos que se juntam nas histórias de luta e liberdade. Um lugar de memória daqueles que buscaram ser livres. Ali, na margem direita está o lago do Mocambo, primeiro refúgio dos pretos do Trombetas. Cachoeira por onde desciam os mocambeiros do Trombetas, “senhores do rio”. Marca do início de um espaço em que apenas seus donos podiam entrar: mocambeiros e nativos da região.

Segundo Barbosa Rodrigues, quando ele saiu na mata acima daquela cachoeira, “por ella descia uma canoa tripolada por mocambistas, que ouvindo alguns tiros, que davam meus companheiros na cachoeira, vinham saber o que significava, como senhores do rio vinham ver quem ousava transpor os seus domínios” (Rodrigues, 1875: 23-24).

Atravessando a Porteira e, com Paciência e muita briga, o Inferno, chegava-se ao lugar onde ser livre era possível – Maravilha. Este era o nome do local em que os mocambeiros se estabeleceram no Trombetas, uma ilha acima da cachoeira Mina. Um lugar cuja posição “não podia ser mais bem escolhida e o ponto mais estratégico”, diz João Maximiano de Souza (1875). Maravilha que Coudreau não conseguiu ver: “o mocambo era situado na margem esquerda perto de um igarapé [...] no pé de uma cachoeira de mais ou menos dois metros de nivelamento, atrás de uma pequena ilha, num baixio, na base de uma região montanhosa. Se isso se considera do ponto de vista da insalubridade o local é bem escolhido” (Coudreau, 1900: 67).

Conforme o Sr. Donga,

*Lá eles viviam felizes, não tinha quase maldade nenhuma, senão era festa que eles faziam, aquelas festas de bandeiras, de caixa, de santos [...]. Faziam aquelas festas por lá. Era uma cidade que não era lumiada com luz elétrica [...] era fogo de candeia, fogo de fogueira, pelos dias dos santos faziam aquelas fogueiras grandes, alumiam o terreiro. Faziam aquelas luminárias de paus aí eles colocavam as candeias de barro, com 4 bicos, naquele mourão, com banha de pirarucu, óleo de castanha, com esses óleos assim. Aquilo lumiava a noite inteira as festas deles e aquilo era uma maravilha lá.<sup>10</sup>*

Aspectos como esses – propiciadores a “vida tranquila” – fazem com que, no imaginário dos descendentes, o mocambo pareça uma “terra sem males”. A “cidade Maravilha”.

<sup>10</sup>. Entrevista de julho de 1993.

No início de 1867, foi preso Basílio Antônio, mocambeiro do Turuna, que se encontrava no Curuá “districto de Allenquer, para onde havia descido com seu companheiro Feliciano, que já tinha retornado para o mocambo”. No ato do interrogatório Basílio deu referências de seus companheiros do quilombo Maravilha, que depois do ataque das tropas do governo refugiaram-se no Turuna (Cartório do 2º Ofício de Santarém, 1867). Um momento que está nas falas dos narradores, entre eles Rafael Printes e Donga. Segundo eles, os mocambeiros chegaram até o Campiche e o Turuna, dali, teriam se deslocado posteriormente para Poana, “onde os homens não chegaram mais”.<sup>11</sup>

No Campiche nasceram pais, avós e viveram os bisavós de muitos dos depoentes. Como diz D. Rosa — moradora do Sagrado, nascida no lugar Coroá —, em frente à boca do rio Cachorro, e a bisavó chamava-se “*Maria Dominga ela foi ter minha avó no tal Turuna. A minha bisavó veio corrida da escravidão, e teve a minha avó para lá. Depois eles vieram baixando*”. No Campiche nasceu a “*avó do meu pai*”, diz Dona Luzia Clemente dos Santos, moradora do Juquiri Grande.

Daí começou a volta, para a área localizada abaixo da cachoeira Porteira. Uma baixada mesmo antes do fim da escravidão. “*Quando eles vieram, descendo, então eles vieram começando explorar a margem baixa do rio, como bem, explorando a castanha, explorando o cacau, todo o negro vieram fazendo isso aí, explorando castanha*”, afirma o Sr. Rafael, do Abuí, com 80 anos de idade.

Barbosa Rodrigues, por ocasião de sua estadia em Óbidos, em 1875, também registrou esse movimento dos mocambeiros.

*[...] depois da subida do missionário e vendo que impunes aportavam às povoações começaram a vir, até de dia, em face das autoridades às povoações, onde não só compram e vendem, como trazem seus filhos ao baptismo na freguesia ousadamente declarando que são mocambistas. Diversas canoas delles vi de dia*

*estacionadas no porto de Óbidos; vi alguns levarem os filhos ao baptismo, assim como em minha casa alguns estiveram de dia. Já não admira vel-os desembarcar de dia, o que mais admira é ver elles encontrarem-se com os senhores, pedir-lhes a bênção e retirarem-se tranqüillos, sientes os senhores do dia e hora da partida*

Rodrigues, 1875: 27.

Por sua vez, Maximiano de Souza afirma: “os quilombolas em certa quadra do anno veem estacionar no lago, formado pelo Cuminá, para pescar pirayba e fazerem grande salga, para a alimentação no tempo em que escasseia o pescado miúdo e caça” (Souza, 1875). Tempo de salga é tempo de festa. Era também a foz do “Erepecu”, o ponto de reunião dos regatões “que ahi vão annualmente nos meses de fevereiro e abril comprarem o produto do trabalho dos mocambistas” (Rodrigues, 1875: 16). Um retrato dessa ocupação é feito por O. Derby, segundo o qual,

*Actualmente a população do Trombetas está muito espalhada. Até ao lago Arapicú há alguns sítios dispersos de brancos e tapuios, sendo aquelles principalmente negociantes que commerciam em castanhas. Entre este ponto e as cachoeiras vivem alguns negros em diversos pontos ao longo do rio até o aldeamento principal que está situado a uma distância de alguns dias de viagem acima da primeira cachoeira. Nos mezes de outubro e novembro muita gente da parte baixa do rio e mesmo do Amazonas, dirige-se as praias de arêa, que ficam immediatamente abaixo das cachoeiras com o fim de apanhar tartarugas e ovos de tartarugas, ao passo que pouco tempo depois, esta mesma região fica cheia de colledores de castanhas. O castanheiro brasileiro é excessivamente abundante no rio e nos lagos desde as cahoeiras rio abaixo até o lago Arapicú, e exporta-se todos os annos grande quantidade de castanhas*

Derby, 1897-1898.

<sup>11</sup>. Entrevista com Donga em julho de 1993.

Sem dúvida, essa ocupação gerou um desconforto para as autoridades locais, em particular de Óbidos, em razão da presença e significado dos mocambos, embora depois de 1855 nunca mais tenham sido atacados, e o comércio “clandestino” praticado pelos regatões. Tais práticas, provavelmente, exigiram providências no sentido de se intensificar a fiscalização nessa área. Em 1871, por exemplo, a Câmara de Óbidos “Oficiou os fiscais nomeados André Avelino do Amaral para o rio Trombetas e Lago do Arapecú; Ângelo José Valle para o rio Trombetas e lago Carimã; Thomas Benedito Nunes para o rio Trombetas e lago Urapicu e Martinho de Azevedo para o Paranamiry de Baixo” (Associação Cultural Obidense, 1871: 124). Em 1873, diante da persistência da situação, a Câmara envia um ofício ao Governo da Província, propondo a criação de novos distritos:

*A grande estenção que tem o districto desta cidade no rio Trombetas e lago Sapuacá faz-se necessário ali a divisão da districto com subdelegacia especialmente no Trombetas onde o districto se estende a mais de 30 léguas ficando por essa forma fora do alcance das autoridades; criminosos que por lá se vão horrorizar, nem só desse districto, como de outros, convindo serem as divisões do districto. Convindo sobre todo fundar uma fregesia no lugar denominado Urua = Tapera com invocação de Santa Philomena, na divisão do districto acima mencionado. Ato que foi concretizado*  
Prefeitura Municipal de Óbidos, 1873: 96-97.

Em 28 de setembro de 1890, chegou a Uruá-Tapera Gonçalves Tocantins, que afirmou ser essa vila uma:

*Florescente povoação à margem esquerda do Trombetas, que poucos annos antes havia sido fundada pelo Padre Nicolino (dez. 1877) (...) alma verdadeiramente christã, se havia feito espontaneamente um missionário, um apóstolo daquella pobre gente. Imagine-se*

*com quanto alvoroço aquelles infelizes recebiam o ministro Redemptor, que ia procural-os nos desertos, baptisar-lhes os filhos, celebrar missa, casamento, e levar-lhes palavras de conforto e consolação*

Tocantins, s.d.: 402.

Dois ideais empolgaram a vida do Pe. Nicolino: “A pacificação e cristianização dos pretos mocambeiros dos rios Trombetas e Erepecuru e a catequese entre os índios”. Para alcançar esses fins, empreendeu várias viagens por estes rios. Assim o vemos em 1876 em Porteira, no Alto Trombetas, catequizando e batizando grande número de negros daquela região. Faleceu em 1882, no rio Erepecuru, quando fazia sua terceira viagem a essa região. “Pode-se dizer que dos seus dois ideais, somente conseguiu realizar um – a catequese entre os mocambeiros daqueles rios.” Parece que o referido padre seguiu, e concretizou as orientações do franciscano Mazzarino (Cúria Prelática, 1953).

Se num primeiro momento o espaço de liberdade estava acima das primeiras cachoeiras, posteriormente, a concretude dessa liberdade se dá abaixo. Antes do fim da escravidão, mesmo durante a guerra contra os quilombos, comunidades mocambeiras já faziam parte do cenário do rio manso. Tapagem, Abuí, Jacaré, Mãe Cué, Juquiri, Erepecu e Moura já estavam ali desde meados do século XIX, e ali se encontram até os dias atuais, vivenciando, todavia, fortes momentos de tensão com a chegada do grande capital na forma de exploração mineradora e políticas preservacionistas imputadas pelo governo militar a partir da década de 1970.

Esses mocambos, ao longo de sua existência, foram visitados por religiosos, viajantes e pesquisadores, o que demonstra, muito claramente, que mesmo considerados uma “praga” a ser combatida, gozavam de uma legitimidade, inseridos no contexto local e tão “industriosos como o resto da gente do Amazonas”(Derby, 1897-1898: 370), com cultura própria e uma organização socioeconômica como qualquer sociedade “civilizada”.

Tomamos, aqui, a lição de Alfredo Bosi segundo o qual:

*O que há de inexaurível no espírito de um grande historiador vem de sua capacidade de pôr-se à escuta das águas que jorram do passado e que a memória faz irromper no presente. Essas águas podem crescer ou minguarem, depende dos climas instáveis da cultura, mas no coração de quem se dispõem a ouvi-las, não secam jamais*

Bosi, 2003: 255.

Assim, seguindo o caminho, e o barulho das águas, torna-se salutar ouvir um pouco mais as histórias das, e sobre as, comunidades negras, secularmente constituídas no Alto Trombetas.

## AS COMUNIDADES

Nas várias narrativas encontram-se a descrição e a constituição dessas comunidades, como forma de resistência ao processo de exclusão, dando um sentido de continuidade à luta pela liberdade empreendida pelos ancestrais.

Se os olhares dos visitantes – documentados nos registros de suas viagens –, chegaram através da oralidade aos nossos narradores, como a viagem dos Coudreau, a passagem da Comissão Demarcadora de Fronteiras (1934) foi vivenciada pelos depoentes mais idosos, que juntamente com seus filhos e netos, participaram dos momentos de enfrentamentos; quando da chegada da mineração e da política ambientalista, representada pela floresta nacional e pela reserva biológica, implementadas pelo então IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Conheceram ações repressivas e expulsão de suas terras. Uma expulsão que incomodou os moradores daquelas comunidades, onde muitas famílias teimaram em ficar.

Carlos Printes, 37 anos, morador do Abuí diz:

*Quando os meus antepassados, os meus avós, eles contavam que o quilombo antes era até chamado de mocambo. Então era um lugar onde o povo vivia junto reunido. E lá eles viviam em comum, onde só viviam mesmo só os remanescentes, aquele povo sofrido. Viviam morando lá. Então, diz que significava Quilombo. Aí teve a história de que teve vários quilombo aí pro Alto Trombetas, aí pelas cachoeiras. Aí depois que eles já estavam libertos, foram descendo o rio e foram morando nesses lugares, onde nós estamos morando agora. É no Abuí, é na Tapagem, no Paraná, essas comunidades que hoje em dia temos. Então foi assim, segundo eles falou pra gente, que começou essa história.<sup>12</sup>*

Vejam um pouco mais das histórias dessas comunidades.

## MOURA

Antes da viagem de Barbosa Rodrigues ao Trombetas, duas outras expedições haviam adentrado esse rio. Uma delas chegou até o lago Mura. Segundo este, “a duas milhas da foz do Paracú, seguindo sempre pela mesma margem, chegamos ao lago Caypurú, que não é mais do que uma profunda enseada, que ahi faz o rio para o leste, habitada por três famílias de mocambistas. Na margem opposta, a 16 milhas do lago Batata, fica o ponto deste rio, até onde chegou, há annos o vapor Monarcha commandado pelo capitão tenente Parahybuna dos Reis, único que o explorou até ahi” (Rodrigues, 1875: 11).

É denominado “lago Mura, ou dos Muras, por ter ali, em tempos idos, havido uma maloca dos mesmos gentios. D’ahi para cima, só o aventureiro regatão se animava a subir, não levando, contudo, longe o seu itinerário depois que o frei Mazarino foi levar a religião ao mucambo” (Idem: 16).

<sup>12</sup>. As entrevistas com Carlos Printes e os demais narradores cujas falas são recorrentes na seção Comunidades foram realizadas em junho de 2000, por ocasião de um trabalho de campo junto às comunidades quilombolas do alto Trombetas para a Comissão Pró-Índio de São Paulo.





No Moura, conversamos com o Sr. Alberto Rogério Constantino, de agrado Lúcio Macaxeira, 81 anos, nascido ali mesmo, filho de Nicolina Pereira de Jesus e Maciel Constantino Pereira de Jesus. Neto de Margarida Pereira de Jesus e João Paulo Pereira de Jesus. Foi casado com Maria Nicolina de Souza, já falecida, natural do Erepecu. Aí se percebe outro elemento significativo que envolve essas comunidades: o laço de parentesco, constituindo um ramo só, fortalecido pelo deslocamento populacional por entre as diversas comunidades negras do rio Trombetas, pelo compadrio e por outras formas de solidariedades e sociabilidades.

De acordo com Lúcio:

*Eles eram daí de fora. Vinheram prá cá corridos no tempo da cabanagem. Tudo isso por aqui era índio que vivia e a prova é que em toda essa terra preta por aí você encontrava figura de índio, daí eles pegaram de veras e vieram entrando, aí os índios também foram se afastando, foram carregando aí pra cima e eles vieram entrando e ficando. [Além de Margarida] tinha a velha Emília, velha Brígida, velha Liôncia, velha Tomázia, isso tudo era dos tempos antigos, a velha Cirila também era desse tempo da Cabanagem.*

E ali tinha festas?

*Tinha sim senhô. Está aqui eu tenho a santa, olhe essa santa era da minha vó veio para a Senhora de Nazaré. Que os índios afastaram daqui, eles jogavam veneno na água que a febre dava numa hora dessa, quando era de manhã entrava de pé pra frente caia todos os cabelos, ela fez uma promessa, essa minha avó, com essa santa que está aqui até hoje.(...) Eu era ainda pixotinho mais ainda mim lembro bem, ela começou a manter, mandou buscar essa santa, também graças a Deus paralisou a família e todo o povo em gerá aí ela mandou fazer essa festa.*

Nas festas vamos encontrando outros elos entre o presente e o passado. São lugares de memórias; continuadas pelos

descendentes que assumem o cargo de protetor do Santo, uma prática iniciada por seus avós ou bisavós. O Sr. Lúcio não se limita a falar das festas no Moura; remete a outros festejos como no Abuí, cujo o padroeiro é São Benedito, “o mais velho era aí na Tapagem, são Sebastião. E santo Antônio festejado por Sr. Antônio Macaxeira no Jamari”.

Conversando com Mário Santos de Jesus – 48 anos, natural do Moura, assim como seus pais, Josino Pereira de Jesus e Inês Valéria dos Santos –, outras famílias antigas são referenciadas, como as de: Lúcio Macaxeira, Didio Macaxeira, Persivaldo Santana. “*Somos parentes do Antônio Macaxeira lá do Jamari.*” E ainda, velha Nilda, Esperança, Roxinha, Lídia Siqueira, Duruca Régis, Armerindo Pereira de Jesus. Nas palavras de Mário:

*O mais velho que eu conheci aqui foi o velho Conceição, que morreu com 80 anos, há uns dois anos. Festa? A de Senhora de Nazaré. Os protetores da santa eram: o finado meu pai, Jozino, era Lúcio Macaxeira, era Didio Macaxeira, era os donos da festa. A santa era da minha avó Maria Caetana Pereira de Jesus, que nasceu aqui no Moura.*

Na narrativa desse depoente encontramos os fios de uma luta constante que marcou as comunidades remanescentes do Alto Trombetas: a ameaça de tomar suas terras. Prática dos “coroné”, em especial, “Raimundo Costa Lima, um português”. Sua fala remete a enfrentamentos ocorridos com esse senhor, e outros semelhantes, não só em relação ao Moura, mas, também, a outras comunidades como o Abuí.

No Moura, vive Maria do Carmo Colé Viana, 40 anos, filha de Rafael Printes e Rosa Colé, que encontramos no Abuí. Ela chegou ali por ter se casado com José Lopes dos Santos, natural dessa comunidade. Vivem da pesca e da roça e, também, do trabalho na mineração. Segundo ela os moradores mais antigos dali são: “*seu Osvaldo Santana, a mãe dele (Marcelina Santana) que era uma negra e exerceu assim muitos anos nessa comunidade, a Dona Nilda e tem a Dona Esperança, também, que é a senhora mais antiga.*”

Observa-se que a Santa já estava com a terceira geração de protetores (Leite, 2002).

Dona Maria Nicolina, a Dona Esperança, mãe de Dona Roxinha (74 ano) cujo nome é Herminia Nicolino de Souza, está hoje com 95 anos. Filha de Moacir Nicolino de Sousa e Jenoveva Nicolina de Souza, nascida “pro Mucura”. Veio há muitos anos para o Moura onde os mais velhos que conheceu foram: “*Marculino, Caetana, Margarida mãe do Jozino, pai do Mário, era uma porção de gente.*” “*Eu não tinha marido, eu tinha uma costela comigo, ele chamava Vito Ramos e era daqui mesmo do Moura. Tirei muita castanha no Erepecu.*”

## EREPECU OU ARIPECU

De acordo com os registros de Barbosa Rodrigues, três milhas acima do Mura:

*Apresenta-se na margem esquerda a pittoresca foz do lago Aripecú, (Erepecu) com meia milha de largura ornada a ponta leste com um lindo jauarisal, no meio da qual um banco de areia, impede a entrada do lago a grandes vapores, sem práctico, que não conheça o canal. A estratégia ao escolher o local, defesa, proteção, ser bom práctico, conhecer os caminhos. Tem de largura este lago 2 milhas pouco mais ou menos...É este muito abundante de castanhas que cresce não só nas terras firmas como nas ilhas. É o ponto de reunião dos regatões, que ahi vão annualmente nos mezes de fevereiro a abril, comprarem o producto do trabalho dos mocambistas, que nesse tempo descem das cachoeiras, como trabalharem no apanho das mesmas castanhas para elles, pagam com ninharias os gêneros por preços fabulosos*

Rodrigues, 1875: 16.

Aí vive Germano Régis, 71 anos. Nasceu nesse lago, filho de Manuel Régis e Cecília Fernandes da Costa. As primeiras famílias,

as mais antiga, de que tem informação são as de: Juca e Ventuinha e as senhoras mães deles, “aquelas que tinha mais de um século, elas chamavam Brígida, Tomázia e Emília, eram negras... Era um lugar pouco habitado, mas em tempo de safra entrava para tirar safra de castanha, e entrava muita gente. Quando terminava a safra saíam todos. Eram poucos os moradores que ficavam”. Ali, além da castanha, extraem o breu e o leite de copirana.

*As festas era de pau e corda, nós que fazíamos os nosso instrumentos, e a festa era animada, a luz era iluminada com uma candeia feita de umas panelinhas de barro, eles tirava banha de castanha, de andiroba, propriamente praquilo. Festa de ramada – era muita festa, Deus me livre. Dança – mazuca, landú, quadrilha, marcha, samba. [A padroeira é] santa Maria Aparecida.*

Uma das queixas do Sr. Germano, como também da maioria dos depoentes, refere-se às ações do, então, IBDF que, segundo ele: “*Trouxe uma formalidade mais comprimida pra nós, comprimida mesmo, que nós andamos correndo, se escondendo, pois o negócio tava feio. Agora tá mais moderado. Mas logo que chegou, não chegou fácil, não podia nem mais usar uma rede pra pega a boia, porque se encontrasse a gente tomava tudo.*”

Sua irmã Tereza Fernandes Régis, de 71 anos, que também nasceu no Erepecu, neta de Maria Santana Fernandes, trabalha com a castanha. Com o Ibama,

*A gente passou meio ruim, que em casa até cansei de esconder a panela com comida. A gente tava cozinhando né e aí a gente se escondia, umas diversas vez, porque muitas vez era carne de caça, e não queria que a gente matasse. Mas a gente tinha que cumê, eu ficava sempre escondendo lá em casa. Mas graças a Deus, como o irmão falou, melhorou mais prá nós e agora estamos mais tranquilo.*

Mais uma vez, aparece a figura dos “Patrões”: Manuel Costa Lima; Machado e Sr. Guimarães, antes do IBDF:

*Se diziam proprietários, teve muita gente presa. Por isso não podíamos nem tirar uma castanha enquanto não falasse com cada um, cada um de nós tinha uma colocação, uns lá no Belo ou na Santa Rosa, depois foram tomando conta de tudo, aí ficou comum, e pode entra, tira e mete a mão aonde a gente quiser, não tem mais dono acabou-se as casas que representava.*

Por sua vez, Manoel Fernandes Régis, 56 anos, irmão de Tereza e Germano, casado com Francisca dos Santos Régis, lá do Bacabal, afirma:

*Muitos vieram esconder pra cá do nosso lado, por esse lago ou pro rio. São as pessoas que deixou essas galhos que nós também participamo ... Que nós tâmo passando, que antes quando tinha os proprietários, que era os donos dos castanhais, e era sempre a mesma humilhação. Daí pra nós até vende uma caixa de castanha se quisesse para outro, tinha que vende bem com cuidado por que se o patrão soubesse ainda era o xadrez. Da minha época pra cá, tinha uns morador aí que quando o IBDF chegou, trouxe a onça pra eles saí. Tinha o Aguinaldo, o Pinto e mais outros aí, saíram com medo do IBDF. Quando veio aqui, veio humilhando todo mundo dizendo que vinha até a federal pra mata, faze isso, e todo mundo correu. Só quem não correu mesmo foi esses que estão aqui que é o Germano, eu, minha mãe, que faleceu, minhas irmãs e alguns moradores e o Raimundinho, também, que ainda está.*

Na fala de Ibenor Ferreira Pimentel, 59 anos, nascido no Erepecu, no barracão chamado Fatura, filho de Moacir Pimentel e Amélia Guerreira, vamos encontrar um “ramo” que remete às terras do Curuá de Alenquer de onde era o seu pai. Seus avós chamavam-se: Viturino Pimentel e Clotilde Guerreira.

*O meu avô e minha bisavó eles vinheram até fugidos da escravidão. De lá eles vinheram fugido com aqueles senhores que os humilhavam e vieram prum barraco*

*bem aqui, que chamava Barrero, bem aqui. Aliás não, eu sei que eles foram localizados aqui numa parada chamada Primor e foi lá no Primor que eles baixaram e aí foram o final deles e aí eles se acabaram. O Primor fica no Aripecú.*

No Erepecu, encontramos João Souza Figueredo, o Pinduca, 59 anos. O seu referencial dos mocambos não é o Trombetas e sim o rio Erepecurú; onde nasceu num lugar chamado Porteira. Filho de Leonor Souza Santos e Manuel Figueredo e neto de Maria do Rosário Conceição e Bazílio. João diz:

*[...] vieram, bem dizer de encomenda, no tempo da escravidão. Eles andavam corrido e então se socaram dentro do Erepecurú e fazia plantio. Hoje em dia ainda tem muito plantio, pelo menos cacau, que eles faziam cacual, alambique, ainda cansei de ver, tudo isso, era feito pro lá, que eles faziam roça. Tudo isso minha avó cansou de contá. Era ela, Candeia, Micaela, Sofia, Figêna, tudo isso era nome dos antigos né, que moravam lá, mas eu só conheci minha vó. Conheci também o finado Anjo (Ângelo) com a Mafalda, era a mulher dele. Agora esses outros já era a minha avó que me dizia o nome deles. Raimundo Lotério era o irmão que morreu com 125 anos, ela morreu com 100 anos. Aquele Raimundo Lotério, eles me contavam muitas coisas do rio Erepecurú, quando eles andavam tudo corrido, tudo arribado, assim como hoje em dia nós vive tudo corrido por aqui do Ibama, aqui nós temo medo que quando a gente é pego aqui, no meio do rio, é aquela confusão doida, tomam tudo, e a gente fica voando. O pobre já não tem nada, e quem tem fica tomâno. Uma coisa, também, acho esquisito por aqui, que o Ibama entrou piorou muitas coisas. Judiaram muito dos parceiros, coitados. Tinha deles que tirava até a comida das panelas, jogava fora, ficava criança chorano aí com fome. Era um sentimento prá todos nós. Eu peço a Deus que ajude a ARQMO pra nós consegui o documento*



*dessas terra aqui, por que lá onde eu nasci, parece que já conseguiram. Depois que nós tiver o documento, pode ser que as coisa melhorem de vez pra nós.*

Ao que tudo indica, o Erepecú continua a ser o lugar onde os parceiros se encontram. “O rio do Aripecú para cima, começa a ser habitado pelos que ali têm suas palhoças, para passarem o tempo da colheita da castanha dali para cima torna-se mais animado pela constante presença de montarias dos mesmos, cruzando o rio, saindo dos lagos ou neles entrando (Rodrigues, 1875: 121). É bom lembrar que os mocambeiros baixavam para trabalhar para os “patrões” certos no tempo da castanha.

## JUQUIRI GRANDE (YUKIRY-UAÇU)

Depois de deixar o Aripecú, mais conhecido hoje como Erepecú, Barbosa Rodrigues entrou,

*pela foz do lago Yukiry-uauçu que dista 26 milhas do Aripecú, desembocando na mesma margem. Um canal de 30 metros pouco mais ou menos, muito tortuoso, leva o explorador, por entre uma fechada mata, que borda as margens, ao lago. O Lago sem ser muito extenso, é contudo salpicado de ilhas das quaes a principal é a do Diamante ...Três sítios alhi encontrei, habitados por pretos fugidos, mocambistas e por uma família de tapuya desgraçada pela elephantiasi dos gregos. [...] Ainda sendo dia, desembarquei, encontrando só a família, e abandonadas as casas dos mocambistas, que com nossa chegada fugiram, observando contudo nossos movimentos. [...] Estes depois, que nenhum mal lhe faríamos começaram a aparecer.*

Barbosa continua sua narrativa no contato com os moradores do Juquiri Grande.

*Quando desembarquei, preparava uma das mulheres doentes, o óleo de piquiá. Empregam-o geralmente só para luz. Pelo mesmo processo vi ahí exthair-se também*

*o do uixi-pocu. Com alguns mocambistas, que poucos dias antes haviam descido das cachoeiras, conversei e deram-me informações dessa região. Percorrendo no dia as suas roças, encontrei signaes de extinta maloca, nos numerosos fragmentos de loca que haviam espalhados. Entre esses fragmentos, encontrei alguns com formas de animaes, entre elles um representando bem a cabeça de um jacaré*

Rodrigues, 1875: 18-19

Acima do Jukiry-uauçu fica o lago Palhal e na margem opostas o lago Mãe Cué.

Bem, quanto a nós, no Juquiri Grande, conversamos primeiramente com D. Ana, 88 anos, filha de Maria Joana dos Santos e Manoel Régis. Irmã, por parte de pai, de Germano, Tereza e Manoel Fernandes, lá do Erepecú. Nasceu nas várzeas perto, abaixo da Macaxeira. Neta de Martinha Maria dos Santos e Clemente Antônio dos Santos. A mãe era “*aqui mesmo do Trombetas, só pode ser no lugar de frente ao lago Matapi onde nasceu diversos deles*”.

Vieram para o Juquiri, “*porque nós saimo de lá. A companhia jogou nós de lá daquele lago chamado Matapi. Lá era nossos terreno, mas ela indenizou e nós saimo. Viver só na vargem todo o ano a coisa vai pro fundo, num interessou nós ficá lá, né? As famílias que já existiam aqui era: Azamor Gualberto, Manoel Gualberto, Cantidio Gualberto, Osmarino Gualberto, era essa família*”.

Sobre os mocambos:

*eles falavam que quando eles entraram aqui foram vivê nesse mocambo juntos. Agora o meu avô, pai da minha mãe, não senhor ele não chegou prá lá, ele ficou nesse lago aqui do Erepecu, quando ele veio da terra dele, que era Alenquer. A minha avó era de Santarém, entraram aqui e foram direitinho pra o Erepecu. Vieram para cá por causa dos brancos que vendiam eles, aí fizeram eles corre de lá prá cá. Foi prá tê esse mocambo.*



Sobre o fato de se esconder no Erepecu.

*É, eles ficaram. Mais o negócio já estava mais liberto. Por que eles vieram e esse velho, vivia dentro do lago chamado Matapi, chamado Rafael era conhecido dele, viu que ele estava fazendo um lugar aí dentro e foi chamá ele pra vendê uma parte desse lugar no Matapi, e aí os outros todos já vinham atirando aí de cima do mocambo, já tavam ficano liberto né, e eles entrou nesse tempo fazendo também, como o velho, e ali levantaram e pronto. E criou os filhos todos e já os netos também se criaram aí nesse lugar.*

Essa fala torna-se bastante interessante em razão de confirmar a existência dessas “paragens menores”, que deram suporte aos mocambeiros que estavam acima das cachoeiras. Sem a necessidade de “comprovar” a sua fala, ela complementa as informações de Barbosa Rodrigues quanto aos quilombolas que ele encontrou nessa localidade.

Aí vivem, também, descendentes daqueles das cachoeiras como Raimundo Alves dos Santos, 60 anos, filho de Raimundo Viera dos Santos e Maria Viera dos Santos, nascido na Porteira. A avó Maria Vieira, “era de lá da gema do Mocambo”.

A fala de Dona Luzia Clemente dos Santos, 49 anos, é mais uma que remete ao Mocambo do “Yukiri-Uaçu”. Filha de Lucimara Clemente dos Santos e Antônio Andrade, nasceu no Jamari. Seus avós eram: Maria Joana dos Santos, “mãe da minha mãe”, e Eleonor Vicentino de Andrade e Matias Alves, por parte de pai. Veio para o Juquiri, em 1977, porque “*a companhia do Jari achou que a gente não devia ficar do lado de lá, aí ela deu uma mixaria e a gente desocupamos as terras de lá e viemos pra várzea. Só que na várzea nós não podia ter uma moradia fixa, porque de verão ela tá em terra, de inverno ela vai pro fundo. A gente precisa de planta e achamos importante de vim fazer umas plantaço foi aqui no Juquiri*”.

Dos antigos, os do mocambo, diz ela:

*A vó do meu pai nasceu nesse Campiche. Ela falava que quando eles vieram eles subiram aqui nesse rio e foram pras cachoeiras, se esconde dos brancos e de lá, a cidade que eles faziam as compras era Óbidos. Mas só viajavam a noite, porque só andavam escondidos por causa dos brancos. Mas eles iam de remo de cachoeira pra Óbidos e de Óbidos pras cachoeiras. Ainda me lembro que ela falava que lá eles faziam festa, uma festa de Nossa Senhora da Conceição. Ela cresceu nesse mocambo Campiche. Aí num ano que o pai dela trabalhou prá arrumá o dinheiro pra vi buscá a vó dela, pra pagá o senhor da vó. Já quando eles iam, aí gritaram a liberdade e liberto tado os escravos. Aí todo mundo ficou alegre, aí quando trouxeram a velha não foram mais pra lá, já vieram pra cá trabalhá e construí a família deles. Aí que até hoje mora esses galhos dessa turma, tudo veio dela. A mãe dela teve só ela de filha e ela aumentou uma família que até hoje ainda tem tudo essa turma lá do Jamari.*

## JAMARI

A comunidade do Jamari foi uma das mais atingidas pela política ambientalista aplicada naquela região. Todavia, ali se encontram pessoas cujas histórias estão entrelaçadas com as comunidades que estão mais acima, como a Tapagem, e como aquelas já referidas anteriormente. Ali vive Máximo, de 74 anos, e sua irmã Nazena Andrade da Conceição, de 77 anos. Ele nasceu no Jamari e ela em Mãe Cué. “*Eu nasci ali dentro do lago do Mãe Cué, mais mim criei aqui nesse pedaço do Jamari.*” São filhos de Donga e Leonor. A avó por parte de mãe era Maria Cirila da Conceição, e por parte de pai Sebastião Cordeiro. “*Eram, os meus bisavós.*”

Diz o Sr. Máximo:

*eu ouvi contar, eles vinheram pra cá, fugidos da escravidão. Os meus bisavô vinheram tudo pra cá e nós se assentamos por aqui. Foi o nosso começo.*



*Não queriam mais ser escravos e vinheram morar pra cachoeira, tivemos que ficar lá, as escondidas pelas cabeceiras do rio pra se escondê do branco. Esses meus bisavô subiram aqui nesse rio e foram morá na cachoeira por que o branco não sabia ir pra cachoeira, era atrasado, iam pra cachoeira chegavam lá no pé da cachoeira e quem foi que disse pra subir na água forte e aí eles voltavam. Foi que quando abriu a liberdade, eles vinheram baixando, procurando lugar pra cá por baixo pra morar. A minha mãe nasceu aqui nesse lugar na baixa.*

As famílias mais antigas eram, “a minha vó, a vó da Zuila. Eram os donos desse terreno aqui, do meu bisavô que era dono desse lugar daí da vargem era Francisco Cirila, era pai da minha avó e a mulher dele era Maria Leonor, era mãe da minha avó esses dois, pai e mãe, mãe da minha vó, por que o pai da velha Joana era Clemente que morava aqui no Jamari”.

Dona Zena por sua vez, ao ser indagada sobre os antigos, os do Mocambo, responde:

*Olha minha vó contava que a mãe dela foi escrava dos brancos. A minha vó contava que quando eles entraram nesse rio a mãe dela veio gestante dela, ela foi ter ela lá no tal de Mocambo. Era Maria Cirila da Conceição, ela nasceu lá na cachoeira no lugar chamado Campiche, lá ela nasceu. Olha aqui nós vivíamos, duma castanha, de um pirarucu, de uma tartaruga, de um couro de onça, de um couro de porco, de couro de maracajá, as vezes algum sabia caça, outro não dava pra isso, aí ia na roça, fazia a rocinha hoje em dia pra se manter e a gente vive assim.*

E sobre a forma de uso coletivo da mata.

*É. Pra cá não tinha esse negócio, “há não entra aqui no meu terreno”. Tinha os que compraram; um velho que tinha, era proprietário. A maioria a terra era do governo qualquer um podia fazê o seu lugar; tinha*

*direito no lugar dentro de uns 4 ou 5 anos que ele morasse o lugar já tava como dele, os branco mesmo diziam: é, rapaz esse é teu por que você já está aí tantos anos, não tem mais direito de te jogarem daí...*

Quanto à questão relacionada a tentativas de expulsá-los.

*Olhe só o Ibama queria jogá nós daqui de lado, queria jogá nós do nosso lugar. Aí na comunidade se levantaram. Eles ainda foram três vezes pra bandalhá o barracão que estavam fazendo pra escola, e aí perguntou com que ordem estavam fazendo a escola lá; disseram que era com ordem do prefeito. Eles perguntaram “quem é o prefeito desse lugar”. Aí disse: “olhe vocês deve sabe quem é, você mora lá, na cidade”. Aí disseram: “olhe se vocês continuarem com essa escola a gente vai jogá gasolina e tocá fogo”. Bem, aí continuaram com o serviço e eles [os fiscais] vinheram, viram que a escola ia pra frente eles pararam, nunca mais vinheram. Aí levantou a comunidade, pra cá tinha muito menino atrasado, não tinha escola, não tinha nada. Foi assim que foi começado a escola, a comunidade. Do outro lado.*

As ações do Ibama os conduziram para a região.

*Nosso lugar definitivo de nós morá era lá, lá nós fomos criado, e olhe meu senhô no tempo que nós se criemos pra nós tudo era fácil, era farto uma boia, era farto peixe, era farto tartaruga, era farto caça, não tinha falta de nada. De uns certos tempos pra cá escangalhou, hoje em dia tem dia que o pescador sai pra pescar não puxa um peixe, depois apareceu essas companhias, todo mundo já quer pegar peixe pra vender é que bandalhô, por que o Ibama lá veio zelá, diz que veio zelá, mais é que zela por uma parte e não zela por outra, por que quando tá zelando pra cá, pra cá estão invadindo, aqui não tem esse negócio de dizer aí é reserva, reserva era no tempo que nós moramos aqui, por que naquele tempo pra nós*



*tudo era farto, hoje não tem mais fartura, acabou, por que o Ibama disse que veio zelá, eu acho que ela veio foi esbandalhá de uma vez, o tabuleiro onde tartaruga saltava nem lá mais salta, então ele não veio zelá, ela veio esbandalhá, é assim.*

O diálogo vai acontecendo e os personagens vão surgindo, delineando os fios da história. Assim aparece madame Coudreau: “*O que eu ouvi falar dela, é que ela subiu prá cá (...) e foi cá, lá na Colônia, e lá o marido dela morreu e ela deixou enterrado ali no lugar do finado Chico Dantas e quando chegou uns tempos ela veio buscar o cadáver*”.

Assim, também, se lembram das histórias contadas sobre o e Basílio, e o seu tacho, onde conseguiu escapar das perseguições dos brancos. História que o pai, o Sr. Donga, gostava de contar.

No outro lado do rio, em frente aos filhos do Sr. Donga, mora a família do Sr. Antônio Pereira de Jesus, 89 anos, conhecido por Antônio Macaxeira, parente de Mário e Lúcio Macaxeira, lá do Moura. Nasceu no Arrozal. Filho de Joaquim e Tomazia. Seus avós eram João Rocha e Joana Rocha. Veio pra o Jamari há mais de 30 anos. “*As famílias que já estavam ali eram as de Maria Cirila, a casa dela era ali em baixo.*” É o protetor do santo Antônio. “*Aquele santo quem mim deu foi o meu avô Vitório na cachoeira. Era tio da minha mãe.*”

E para refazer o percurso do santo até chegar a Vitório.

*E, eu não sei. Ele trouxe de lá debaixo, o avô dele, que veio pra cá fugido, naquele tempo eles eram arribado. Eles moravam no Turuna, dentro da cachoeira. Lá eles faziam festa desse santo, eles baxavam, naquele tempo eles andavam só de noite. O pai da velha Cirila foi quem ajudou a limpá aquele lugá. Eles iam comprá a despesa do rancho tudo e subiam, saíam de lá de noite, andavam o dia e de subida quando anoitecia eles baixavam no remo, com carga grande que eles tinham iam cheios de mercadorias e iam embora,*

*subiam cachoeira de certa parte pra lá eles já iam festejando davam tiro tinha muita gente lá, lá eles moravam. Festejavam muito esse santo. Esse santo ele fugiu. Diz ele que quando era de noite eles arribavam pra cá; queriam pegar eles. E eles se defendiam com esse santo e nunca eles foram pegos, assim esse santo veio pra cá. Aí depois foram morrendo, até por fim ficou o Vitório, ele é herdeiro desse santo, ficou já na mão do irmão dele, o irmão dele morreu.*

Na nossa conversa, outros velhos mocambeiros vão surgindo, o João Rocha, o velho Ricardo que:

*João morava no lago chamado Macaco, abaixo do Arrosal, no Mucambim. É abaixo da cachoeira. Ricardo Pereira, Cardão, era assim que chamavam ele. Ele e três mais velhos que tinha naquele meio. Tem também, Margarida era a minha vó, era a mãe do meu pai. Eu conheci muito. Ela morava no lago do Mura. Lá nós começamos, lá a minha vó fazia uma festa muito grande. O santo era Nossa Senhora de Nazaré.*

O Sr. Antônio vive com sua filha Antônia Pereira de Jesus, 52 anos, casada com José do Carmo. “*É filho daqui do rio mesmo, do Jamari também.*” Assim como ela. Segundo D. Antônia, quando chegou o IBDF,

*atrapalhou, quando nós sentemos nesse lugar não existia IBDF, já depois que nós já tava aqui morando já vários tempos, tava com uns 15 anos morando aqui já que apareceu o IBDF aqui pra querer jogar com nós daqui. Aí que foi que nós começamos a fazer essa escola eles botaram em cima, eles vinha aqui e queriam brigar com os homens que estavam trabalhando aqui. Aí quando foi um dia disseram que iam tacá fogo na escola, aí o meu irmão disse: “olha você vai tacá fogo mais fale lá com o prefeito que foi o prefeito que mandou nós fazê isso aqui, que a escola é do governo, não é nossa”. Mais o fiscal falou: “Aqui eu não quero*

*escola que isso aqui é reserva”. “Mais o que você está reservando aqui, que aqui não tem o que você reservar?” “Eu vou pra cima, amanhã quando eu passar eu venho tacá fogo aqui” (replica o fiscal). Pois é taque fogo em tudinho nas casas que tem aqui não taque só numa. Aí baixaram e falaram com o prefeito, era o Luiz Suza e ele disse olha: “volta e quando eles chegarem lá tu diz pra eles que eu vou assistir eles tocarem fogo na escola”. E quando foi um certo dia eles chegaram aqui, eles passaram bem por fora não encostaram mais. Aí teve uma prima minha que disse: “Olha tu qué sabê de uma coisa? Vamos levantar uma comunidade aqui ai foi que prá nós conseguir a comunidade ai eles vão se afugentar. Aí foi indo, aí foi dando gente, e o pessoal foram entendendo que era bom, aí foram se chegando e hoje é uma comunidade só quase de uma família.*

Acima do Jamari está Mãe Cué e logo após o Sagrado Coração. Essas comunidades estão praticamente no “quarteirão” da Tapagem, assim como o Abuí.

## SAGRADO CORAÇÃO

O Sagrado surgiu como uma extensão da Tapagem, consequência natural do processo de deslocamento das pessoas, na busca de novos espaços para o trabalho. Ali encontramos moradores, descendentes dos mocambeiros, vindos das áreas da cachoeira Porteira, como Dona Rosa Vieira dos Santos, 74 anos. Nasceu no lugar chamado Curuá “lá frente a boca do Cachorro”; filha de Silvério dos Santos e Maria Vieira. Seus avós – Sebastião Vieira e Maria Pinheiro – eram do Mocambo. Dona Rosa fala dos deslocamentos de seus antepassados, e, também, seu. Sua bisavó chamava-se Maria Dominga

*Ela foi ter minha avó no tal Turuna. A minha bisavó veio corrida da escravidão, e teve a minha avó para lá. Depois eles vieram baxano. O meu pai, quando a*

*mamãe morreu, veio para cá, que a mãe dele morava aqui eu fiquei pra lá com minha avó materna. Me criei com ela, me criei na cachoeira Porteira. Quando foi em 1942, meu pai arrumou outra mulher, eu vim para cá com ele. E desde essa década, ele morreu, tem 42 anos de falecido, e eu estou aqui.*

Suas narrativas vão dando conta das famílias mais antigas que tinham no Sagrado; das festas e do tempo da chegada do Ibama:

*A Maria do Carmo, Bárbara, Joana Manso, tudo isso era só uma família. Aqui a gente vive da roça, da pesca, castanha. Agora a gente trabalhava na castanha lá no Jacaré. Hoje ainda algumas pessoas vão tirar de teimosos, mas é reserva biológica. Aí quando foi criada essas reservas, florestas, a gente já morava aqui. O assentamento do Ibama causou até morte, a de uma criança de três anos. Paravam nas casas e quando os donos das casas vinham já estavam por dentro. Aí na Tapagem bateram num rapaz. [...] Eu conheci muitos dos antigos. A mãe desse Xavier aí a Maria Sofia. A festa cultural que faziam, na Tapagem, era muito bonito. Agora já mudou muito. Tinha outra festa, de umas pretas velhas que moravam aqui pro lado da Água Fria. Eu não conheci as festas delas, mas, eu conheci as três, moravam numa casa ali onde era a Assembleia, era casa delas, Ana, Benedita, e Neta, eram três irmãs.*

Ao recordar dos embates com fazendeiros que queriam se apossar da área compreendida pela comunidade do Sagrado Dona Rosa enfatiza esse momento de enfrentamentos.

*Queria tomar tudo isso para fazer campo. O nome dele é Humberto Guimarães, é de Santarém. Ele botou um rapaz por aí mais a mulher. Já, nós tinham uma capelinha de palha, quando num domingo nós fomo no culto lá, era capim plantado desde o batente da capela, até na beira da ladeira assim e nós arrancando e jogando na água. Daí, a luta foi pra frente. Nós arrancam o*

*capim, só derramamo lá na casa, na porta da casa. Depois o fazendeiro tirou, levou ele embora, que daí eu nunca mais vi aquele homem. Não sei para onde ele foi.*

Na fala com Dona Rosa vamos encontrando um pouco da história de outras comunidades, mais acima, quando ela se refere às várias famílias que foram expulsas da reserva biológica, em particular do lago do Jacaré. “*Uns estão atuando por aqui, dali abaixo, outros foram para o Abuí.*”

No Sagrado vive, também, Ornélio Correia da Natividade, conhecido por Nilo Colé. Nasceu no Mãe Cué. Filho de João Colé e Maria Correia da Natividade. Suas avós: Lorentina, por parte da mãe, e a outra Joanina, “*da parte do meu pai. O meu avô por parte do papai era Zé Colé e da parte da mamãe eu não conheci. Eles nasceram aqui nesse lago de Tapagem*”. É casado com Raquel Pires dos Santos, 57 anos, que ao responder sobre o lugar onde nasceu, dá a dimensão e o significado da Comunidade da Tapagem. “*Olha, esse município aqui tudo, conhecem como Tapagem, quando eu nasci, já conhecendo com esse apelido Tapagem. E aqui nós trabalhamos, vivemos da castanha, muita castanha. Pra gente se mantê, faz uma rocinha.*”

Todavia, no Sagrado a história não é apenas desses descendentes de mocambeiros. As lembranças dos antigos estão ali. Nilo Colé também fala de seus conhecimentos sobre a história e pessoas do lugar:

*Eu conheço um bocado de preto velho, sabe? E aí pras cachoeiras, eu vi muitos locais que os pretos velhos andaram morando, cheguei até defronte da boca do Poana, isso é mais de semana viajando, remando. Eu ainda vi o Manoel José, Velho Bernardo, a velha Sofia, isso tudo eram velhos. Velha Maria Máxima, Chico Pedro, o velho Genuíno e finalmente tios meus; José Bernardino, velha Loiana, velha Inácia e Luiz Colé tudo isso eram velho. O meu avô contava isso, a mãe dele, a Joana Manso cansava de contar isso pra nós. Que ela ainda foi uma que se escondeu. Ela contava que*

*veio o pega-pega e aí eles se arrumaram e entraram aí pro mato, pra atrás. Quando ela deixava anoitecer, ela fazia aqueles foguinhos pra fazerem o que eles comerem; aí eles comiam, apagavam o fogo e ficavam tudo quieto, não fazia zuada pra não escutarem. As crianças tudo, ficavam tudo caladinhas, que o pega-pega estavam andando. Pega-pega eram as pessoas, que andavam por aí querendo pegar o pessoal; às vezes pegavam né, davam pisa no rabo deles. Escutava eles contarem.*

No Sagrado os laços de parentesco vão além da Tapagem e de Mãe Cué, passam pelo o Abuí. Como diz o Sr. Nilo: “*lá é que estão meus familiares. Olha esse moreno aí é meu parente chegado, filho de uma prima legítima minha*”. Refere-se a Carlos Printes. É primo “legítimo” de Dona Rosa Colé. Dona Raquel, também, tem vários parentes no Abuí. “*Tem uma irmã lá, duas irmãs, uma é mulher do Miro e outra é mulher do Leonel.*”

As narrativas desses depoentes evidenciam o quanto as histórias dessas comunidades estão entrelaçadas, em particular com a Tapagem.

## TAPAGEM

Mais uma vez recorro aos viajantes do século XIX para chegar a Tapagem. Em 1875, João Barbosa Rodrigues chegou até as primeiras cachoeiras. Durante a subida do rio, esteve em casa de mocambeiros estabelecidos na Tapagem:

*Ahi fundeado ainda cedo, fui à terra à casa de uns mocambistas que ahi moravam; e que me confirmaram as informações que já tinha e deram-me outras, para as quaes sua longa prática e estada nesse rio, de 35 anos, os habilitava. [...] Personificado vi ahi o amor da liberdade. Dous pretos, dous irmãos, Antônio e Miguel, esqueletos ambulantes, com a neve de mais de 70 anos de existência sobre a cabeça, nós trabalhando sem poder, arrastando os perigos de travessias de cachoeiras,*

*sempre sobressaltados, preferindo a vida infeliz que passa, ao socego e descanso de que são merecedores, debaixo do poder de seu senhor. Aconselhando-os que voltassem ao seio da família que abandonaram, que garantia-lhes obter a sua liberdade, responderam-me antes a vida animal em liberdade, do que o bem estar no cativo. Descrentes, pela vida sempre de enganos que passam, no trato com os regatões, não acreditaram na promessa que lhes fiz*

Rodrigues, 1875: 20.

A resposta dada por esses mocambeiros expressa o significado dos mocambos: a liberdade, contrapondo-se ao cativo que para Barbosa Rodrigues representava o bem-estar. Aqueles quilombolas sabiam o real sentido do que era ser cativo. Como qualquer “animal”, preferiam viver livres a voltar para a família que abandonaram, que os escravizava.

Os registros de Barbosa revelam detalhes significativos quanto à antiguidade desses mocambos e à prática do comércio com os regatões, que possibilitava aos negros “ter tudo quanto precisa inclusive fazenda, sal, pólvora e armas”. E com certeza as informações de que necessitavam sobre a movimentação na cidade, no que se refere à organização das diligências. “Dizendo adeus aos velhos mocambistas, segui viagem”, concluindo assim a sua visita àquela comunidade quilombola.

Outro visitante que esteve na Tapagem no século XIX e deixou preciosas informações foi O. Derby:

*Nós fomos bastante felizes em ter conseguido os serviços de um bom rapaz, chamado Rufino, que vivia no lago da Tapagem e não só serviu de guia mas também obteve em nosso favor a boa vontade de outros, ou antes impediu que fugissem de nós, pois não parecem dispostos a cometer violências, muito pelo contrário, ansiosos por conservar a boa reputação a este respeito. Durante a nossa estada entre eles mostravam-se ansiosos por que nos não acontecesse*

*qualquer acidente, do qual lhes pudesse provir censura. Menciono, de propósito, este fato, porque comumente representam-se os quilombolas como classe perigosa, de ladrões, violentos e preguiçosos, e nós achamos o contrário quietos, de bom coração e industriais como o resto da gente do Amazonas. [...] O número de quilombolas está continuamente crescendo com os nascimentos e com a chegada de novos fugitivos, e atualmente devem contar muitas centenas d’eles no Trombetas e no Cuminá. Eles têm em Conceição uma capelinha e mostram com muito orgulho santos feitos do âmago dos troncos de palmeiras. Celebram os dias santificados com toda a pompa possível, e um padre, que penetrou no quilombo, há alguns anos passados, foi recebido com entusiasmo. Cultivam muito fumo, que d’antes era muito procurado passando ser o melhor do Amazonas, mas n’estes últimos anos tem decaído do conceito que era tido*

Derby, 1897-1898: 37.

No final do século XIX passaram também por ali os Coudreau (Henry e sua mulher Octavie), que não guardaram uma boa impressão dos quilombolas que encontraram no rio Trombetas, assim como no Curuá, Erepecurú e mesmo na Guina Francesa e no atual Suriname.

*Seja entre os Bonis ou os Boches de Guiana Francesa e Holandesa, ou entre os mocambeiros de Chouna ou de Ouraraip na Guiana Inglesa, ou naqueles do Curuá [...] se via em toda parte escravos fugitivos apresentando as mesmas características: baixeza, mentira, traição com relação ao branco. Ele se apresentava insolente e tirânico em relação ao índio, enfim, entre eles a regressão rápida em direção aos costumes mais primitivos dos negros tais como aqueles das ilhas de Fidji, Daomé e de Uganda onde, também, se encontrava essa curiosa espécie*

Coudreau 1901, 130.





Por fim, temos as informações de Adolpho Ducke, que em seu relatório: “Explorações Científicas no Estado do Pará”, afirma que no Trombetas:

*Os últimos moradores são os da “Colônia”, ao pé da cachoeira Porteira, lugar lindo como paisagem porém infeccionado por febres perigosíssimas; mais em baixo, no Arrozal e na Tapaginha, existem espalhados outros d’estes descendentes do antigo “mucambo” (colônia de escravos fugidos de Óbidos, Santarém, etc.) do Maravilha, que ficava um pouco ao norte do equador, entre as cachoeiras do Caspacouro e da Mina. Com a falta de higiene n’uma região insalubre, as moléstias dizimaram horrivelmente os mucambeiros, que de mais de mil estão reduzidos a poucas dúzias de indivíduos; da atual geração, muitos exercem o ofício de “cachoeirista”, sendo eles quase indispensáveis para uma viagem em qualquer um dos afluentes encachoeirados do Trombetas. Há entre eles homens fortes e sadios que gozam d’essa perfeita imunidade contra o paludismo, que às vezes se observa na raça africana*

Ducke, 1909: 159-160.

Os “mocambistas”, conhecidos por Barbosa Rodrigues e Derby, hoje fazem parte das lembranças dos moradores da Tapagem, e do Abuí. Dona Maria Rosa Xavier Cardoso, natural da Tapagem, 76 anos, filha de Felipe Francisco Xavier e Maria Tereza Cordeiro diz:

*Eles nasceram aqui na Tapagem. A mamãe quando morreu ela já estava com uns 80 anos e o papai também já estava caminhando pros 90 anos. O pessoal daqui que eu conheci, olha justamente foi a minha vó, Maria Helena, a Jinfonsia, e o avô, Manoel Francisco. Ele era do Mocambo. Já o papai contando, conversando, ele foi pra lá pra cachoeira. Pra lá ele se acompanhou com o Vieira, eles eram tudo parente. Eles, iam pra lá com os índios, dizem que pra lá eles comiam aquelas comidas que aqueles índios preparavam. Depois ele baixou, veio embora, até*

*ele foi casado com a mãe do Antônio Gomes. Ela era do Mocambo também. Era de lá de cima. Nasceram acho que na Porteira, foi pra lá também, tudo pra lá. Da escravidão quem contava era a avó, chamada Maria Helena. Ela contava, do cativo, eles vieram da peleja da escravidão. O irmão dela, era Felipe. Eles mandavam eles remarem, “rema Felipe” aí ele dizia assim: “Tá seguro meu senhô”. Ele tinha cada custo de braço, aí metia o remo n’água chega espocava lá atrás (risos).*

Dona Rosa e o Sr. Pedro não ouviram falar dos irmãos Antônio e Miguel, encontrados por Derby. Quanto a Rufino: “*Eu owi falar sim, essa cabeceira que vai aí, até que se chama Rufino, por que esse Rufino ele morava pra’í*”.

Ali as festas de ramada eram as mais significativas. Diz Dona Rosa

*O protetor do santo era o papai. São Sebastião. Tinha uma festa ali das velhas que nós chamava a Jinfonsa. Ali de onde é a congregação, na Água Fria. Elas eram Mocambeiras também, elas festejavam lá a Santíssima Trindade, senhora da Conceição, eles festejavam, Divino Espírito Santo. Era muito linda a festa das velhas, preparavam tudo, um bocado de biscoito que dava gosto da gente comê. Era a Ana, tinha a Esméria, a Benedita, tinha a Luzia e a Inês.*

A fala de D. Rosa é interessante ao mostrar as imagens de São Sebastião que estão lá na capela. Há uma de gesso, grande, doada por Gabriel Guerreiro, político de Oriximiná, e outra pequena “mirradinha”, feita de madeira, esculpida pelos antigos. “*Nós festejamos essa*”, refere-se à imagem menor, “*veio do tempo dos antigos.*” É nessa imagem que está o sentido de ancestralidade.

Ali, também, os moradores guardam na memória os impactos e os conflitos advindos com a chegada de “organismos” como IBDF (Ibama) e Eletronorte. O Sr. Pedro Viana da Cruz – Pedro Barulho, 60 anos, nascido no Arrozal –, em um depoimento, por ocasião do IV Encontro Raízes Negras realizado na Tapagem em julho

de 1992, expressou bem o que se pode considerar sentimento de todas as comunidades do Alto Trombetas, que vivenciaram momentos desagradáveis por ocasião da chegada das políticas governamentais, no tocante ao desenvolvimento e preservação do meio ambiente, propugnada para aquela área. Diz ele:

*No tempo que me criei, a vida era tranquila, ninguém tinha perseguição, e vivia muito bem, sem companhia hidrelétrica, sem essas outras consequências que está acontecendo agora no meio de nós. Meus pais me contavam certos passados deles que eles viviam. Contavam também de nossos antepassados que eram escravos, isto já passou, ontem, já ficou. Só vou falar de hoje. Mas a gente vivia uma vida boa, ninguém tinha perseguição nenhuma. Eu estou com 59 anos, depois de eu estar com 40 anos, mais ou menos, começou a aparecer no nosso município, esse tipo de exploração, de coisas ruins pra nós. Primeiro chegou a onça que foi a mineração Rio do Norte; depois chegou o tigre, que foi a Cruz Alta [à época, estava para ser instalada a Alcoa]; finalmente chegou, tá quereno chegá o leão que é o mais brabo, que é a Eletronorte, quereno formar essa grande barragem. E ainda tem outro mais forte a cascavel, que foi o Ibama que chegou no nosso meio.*

Em razão do processo de desocupação da área da reserva biológica, houve um aumento populacional significativo da comunidade do Abuí, para onde havia muito tempo tinham deslocado antigos moradores da Tapagem, juntando-se a outros procedentes das cachoeiras e ainda aqueles que foram expulsos do Jacaré.

## ABUÍ

Maximiano de Souza, em 1855, na expedição que comandou para destruir o Mocambo Maravilha, diz: “Da foz do rio Arepecú, segui em marcha forçada até o lago Jacaré, onde fiz acampar a força por me dizer o capitão-do-matto existir nos contornos

d’aquelle lago um mucambo. Sem perder tempo fis uma força de 40 praças de reforço dos índios mundurucu, voltando dessa exploração de 4 dias sem resultado satisfatório.” Evidentemente que os mocambeiros haviam fugido. É bom lembrar que Maximiano não conseguiu trazer preso nenhum quilombola do Trombetas (Souza, 1875).

Conforme Derby: “No lago do Jacaré começa a parte do Trombetas, percorrida no tempo da safra da castanha por embarcações a vapor e visitada por comerciantes, sendo porém os moradores até Oriximiná muito escassos. Este lago consiste de dois braços unidos perto da embocadura, estendendo-se um d’eles rio acima até perto do lago de Abuí e outro para baixo em direção as cabeceiras do Arapicú” (Derby, 1897-1898: 373).

Segundo Ducke, o lago do Jacaré:

*É o último dos grandes lagos do Trombetas, d’ali até a cachoeira Porteira há somente lagos menores, porém as margens do rio continuam baixas e com a mesma vegetação monótona. Os “taboleiros”, praias altas de areia grossa amarelada, são frequentados pelas tartarugas do Amazonas, mantendo a intendência municipal de Óbidos um “fiscal da praia” para obstar à demasiada matança destes animais utilíssimos e à destruição dos ovos. Os poucos moradores d’este trecho do rio são os restos dos mucambeiros e seus descendentes, hoje talvez umas trinta pessoas*

Ducke, 1909: 166-167.

É imprescindível falar no Jacaré, para posteriormente chegar ao Abuí. Muitas famílias desse lago se juntaram às que estavam no Paraná e Lago do Abuí, como a de Argemiro Vieira dos Santos, 72 anos, neto de Conceição José e Maria do Espírito Santo.

*Todos nascidos nos altos Campiche e Turuna. Eram mocambeiros, cheguei a conhecê. Contavam do tempo que vieram corrido da escravidão por aí. Eles correram e foram se assituá aí pro rio. Eu nasci lá acima da cachoeira Porteira, num lugar pro nome Cachorro. A minha família*

*é só negro cruzado com índio. Porque meus tios não tinha mulhé negra pra eles cruzarem, eles cruzaram com índias. Eu tenho muito parente índio. Depois do Cachorro, meu pai veio embora aqui pra Tapagem, vim com oito anos. Ele acabou de criar nós aí e minha avó ficou lá na cachoeira Porteira, lá ela se acabou.*

Para informar quando veio para o Abuí, vira para Carlos Printes e pergunta:

*Parente, se não está lembrando de quando jogaram nós do Jacaré? Que ano foi? Foi em 80? Quem jogou nós foi um tal de Gringo. Nós morava lá então, a gente conhecia aquilo lá como terreno de um tal de Raimundo Costa Lima. Depois ele morreu aí ficou com a viúva dele, com a filha dele, e casou com um português de nome José Machado e esse Zé Machado vendeu essa terra para um gringo. Diz que o Ibama comprou essa terra e foram desapropriaram sem direito a nada. Eu recebi pelo menos a indenização que deram, foi de dois mil cruzeiro, naquele tempo, e hoje em dia num dá nem pra comprar uma caixa de fósforo. Tinha 25 famílias, que morava lá dentro. Essas 25 famílias forma expulsas de lá. Tem eu aqui, tem um senhor por nome Manduca, tem lá pro Oriximiná, pro Capintuba, no Cuminá, pelo Moura.*

Outra moradora do Paranã é Maria Cira Cordeiro, 57 anos, filha de Martinho Floriano Printes e Maria Rosa Cordeiro. O pai morreu com 88 anos e a mãe ainda vive, mora na Tapagem, onde ela também nasceu. Ela recorda passagens de narrativas que ouviu:

*Eu vim pra cá pra gente trabalhar. A gente trabalhava lá na comunidade da Tapagem, aí o meu marido resolveu que a gente viesse mora pra cá que tinha mais espaço, bom da gente trabalhar. É com a conclusão da escola foi que me nomearam para professora, e fiquemos trabalhando por aqui na lavoura, roça, castanha às vezes tirava madeira, mas isso não era todo o tempo. Olha tinha o meu pai, o meu avô chamado Martinho*

*Printes. Eu conheci o meu avô materno, era Felipe Xavier Felipe que contava que eles ficavam trabalhando, também, por essas cachoeiras, iam pra lá ficavam muitos tempos sem poder vir pra cá, pra onde eles começaram a vida deles, né. Por todos esses martírios eles passavam. Eles contavam essas história.*

Os deslocamentos espaciais dos moradores dessa região, como se vê, ocorreram fundamentalmente por duas razões: a busca de melhor espaço para trabalhar e a expulsão, motivada por interesses externos e alheios às suas realidades. Nas falas do Sr. Rafael Printes, 81 anos, e de Dona Rosa Colé, 72 anos, encerramos nossa viagem por esses canteiros de memórias. Em suas narrativas encontramos os últimos, ou primeiros, ramos dessa grande árvore, formada pelas comunidades mocambeiras do Alto Trombetas.

Rafael é filho de José Viana e Sebastiana Printes do Carmo. Seus avós paternos eram Miguel Viana e Bibiana Viana; e maternos Francisca Maria do Carmo e Rafael Printes do Carmo. Todos eram “mocambeiros do Turuna; depois baixaram para o Arroizá (Arrozal) e Nova Amizade”. Segundo Rafael sua mãe morreu com 60 anos, na década de 1950.

Dona Rosa Colé, nasceu em Mãe Cué, filha de Loriania e neta de Joana Joaquina do Livramento (Joaninha) que era do Mocambo do Turuna. Em seus depoimentos, o Sr. Rafael e Dona Rosa trazem à tona a saga dos mocambeiros que se estabeleceram no rio grande:

*Havia mocambeiros na Macaxeira, sob o nome Atanázio, do Atanázio foram pro Maravilha daí pro Turuna e deram com piché deles (dos brancos), de novo foram pra Poana, onde se aguentaram lá, por que o Poana fica numa parage que, numa ilha grande, não encosta nem pro lado nem pra outro e eles não podiam chegar lá. Ai foram indo até que chegou um tempo que eles vinheram descendo aos poucos. De lá eles vieram pararam no boca do Cachorro, por nome Croá, de lá vieram aí pro Boto, ai fizeram um acampamento*



*grande aí no Boto, vieram já pra Colônia, outros já vieram pro Macaxeira que tinha aí um igarapé, onde o primeiro Atanásio fugiu. Ele voltou de novo pra'í e os outros vieram pra Tapagem, pra Colônia, eles foram se colocando já aí na margem do rio.*

Nesse processo de fuga, e deslocamentos constantes, é ressaltada a proeza de Basílio, também lembrada por narradores anteriores. “[Ele] andava dentro de um tacho, daí prá cima esse Basílio quando acabava o rancho dele, aí quem vai buscar o Basílio por que o Basílio era um negro forrado de muitas orações, uma oração bem maior é são João aí ele vinham embora. Era o meu bisavô, o Basílio”, diz D. Rosa.

Outros atores sociais dessa história vão aparecendo como Rufino, que evidentemente não chegaram a conhecer, mas sabem que: “Rufino, também, um negro velho aí, que até tem ali um nome do lugar por nome Rufino aí ele morava lá esse Rufino, era um preto velho também”. O mesmo se refere ao mocambeiro Ambrózio, sobre o qual Dona Rosa Colé faz menções interessantes. Diz ela:

*Ambrózio era da família da velha Inês, que era irmã do Boaventura, era dessa família que o Ambrózio era. Depois que eles vieram, que subiro, a moradia deles era aí pro lago do Aripicu. Eles voltaram quando baixaram do Mocambo pro Erepecu. Sim foi, por que teve muito que subiro e foram embora, e outros entraro prá o Eripecuru, e outros subiro entraram aí pro lado da Tapagem. Esse Ambrózio com a turma dele entraro pra o Eripecu. Tem uma parage lá e fizeram o acampamento pra lá, fica longe. Lá tem um castanhalzinho. Já os galhos que já estavam por aqui era Miguel Nunes, pai do Didico. É dessa família que ele era o velho Ambrózio.*

Ao ver a foto do “velho Ricardo e sua consorte” o Sr. Rafael e Dona Rosa afirmaram quase que uníssonos: “Careira. Ele era também dos fugitivos também o pai dele também. O pai dele era Sebastião Carreira. A mulher dele chamava Tarcila”.

Interessante é o narrar destes sobre a história que ouviram sobre os Coudreau que passaram por ali na virada do século XIX para o XX. Dona Rosa diz:

*A minha mãe mi contava de quando eles vieram. Ela ainda era criança, mais já se lembrava de tudo mais ou menos do que acontecia. Quando ela veio, quando chegou aí foi no tempo que o marido dela adoeceu e morreu, aí enterraram lá em baixo da Tapagem; era um lugar grande e poucos anos vieram buscar o cadáver dele aí. Na hora da despedida que os antigos mais, o velho Chico Adão, Antônio e os outros velhos, Joana Amância, esses velhos, Sofia, o Manoel Francisco, são as pessoas que mais ou menos conversavam com eles. E até hoje ainda vem aqui e acolá ainda querem ver aí, ver aonde era a cova dele.*

Indagados sobre a Comissão de Demarcação de Limites, o Sr. Rafael todo animado, vai informando.

*Pois é, em 1934 entrou a comissão de limite aqui e ajuntando alguns moradores, rapazes, daqui pra trabalhá. Daqui trabalhou Antônio Cordeiro da Silva, Marcolino Lima dos Santos, Miguel Viana, Raimundo Carlos, o pai do Valério, né? Zé Marcelo, eles trabalharam na comissão de limites. Na época, eu estava com 14 anos, trabalhei, mas assim encostado, não me fichei porque eu estava de menor. Trabalhava assim, fazia viagem na cachoeira com eles, essas coisas assim lá. Dos maiores, conheci primeiro o comandante Brás, segundo o comandante Prejocam, terceiro major Santana; aí Gil, Carlos, são esses cinco.*

O Sr. Rafael e Dona Rosa casaram-se em 1945. Nessa ocasião moravam na Tapagem e em 1965, se mudaram para o Abuí, onde já viviam as primeiras famílias que haviam se estabelecidas ali. “Eram: o tio dela, o Zé Bernardino, o Leocardio Xavier, Bijoga, Davi com a Inácia a minha tia, também já estavam”. Estabeleceram-se no Abuí, por quê:

*Era uma terra boa de primeiro... Agora, a terra do Abuí tá ruim que não dá nada, e nós viemos pra cá se colocar aqui, se colocemos ali no ramo, pra lá aonde está a Madalena; nós paremo, fundemos essa casa aqui. Eu trabalhava em lavoura; já tive muita roça, milho, bananal, essas coisas. Com castanha, naquele tempo até com cacau eu trabalhava. [Eram seus aviadores] Costa Lima, no começo, Manoel Costa. Costa Lima era um Português, o Suza, o Francisco Sousa, o Duca. Os Guerreiro. José Gabriel Guerreiro era o que trabalhava mais pra cá; Ele era patrão e era prefeito. Chegou também os regatão, chegou lá com alguma mercadoriazinha, já trocando com eles, a troca dessas benfeitorias deles e também da produção da castanha e outras coisas, mais cumaru, e outras coisas. Bem aí eles vieram e aí foram dizeno “você são meus freguês”. Aí eles começaram a comprar terra no nome dos pretos, que só quem compravam terra era os negros, eles compravam a terra e levava para Belém e chegava em Belém, trazia o documento de vocês, dizia: “Olha tá aqui o documento, agora eu quero pra passá em branco que vocês não sabe passá”. Ia embora, e ia colocá o lote da terra no nome dele. E assim foi crescendo, começando a tomá a terra dos negros. Engrupia o negro tudo, pra incentivá, pra explorá mais. Quando foi 60, 62, morreu Zé Machado. Era um português dono do Alto Trombetas. Todo o castanhal pertencia a ele, que foi tomando do meus avós, como até do meu pai. Tomou o castanhal por nome Arroizá [Arrozal], Tapaginha.<sup>13</sup>*

Na fala do Sr. Rafael pode se perceber o sentimento, externado também por outros narradores, a respeito da ameaça constante ao legítimo direito de posse da terra onde secularmente se constituíram essas comunidades. Num primeiro momento a perseguição das expedições punitivas, posteriormente a

sujeição, controle e arbitrariedades praticadas pelos regatões, aviadores, mesmo “quando patrões bons” e, finalmente, a ação violenta praticada pelos órgãos governamentais em particular nos anos 1970. Todo esse passado leva esses descendentes dos mocambeiros a terem no “tempo dos avós”, um tempo de fartura, de bondade e perceberem o quilombo como espaço de liberdade. Um sentimento bem vivo na fala de D. Maria Francisca dos Santos (Dona Popó), nascida no Alto Trombetas, e que por ocasião do IV Encontro Raízes Negras estava com 81 anos. Diz ela:

*O que eu lamento e fico sentida é de ver nossa mesa tomada pelos outros, e nós ficamos olhando com fome sem podê comê. Isso eu lamento muito. Que no tempo dos meus avós, que eu me criei, isso aqui tudo era liberto, nós não tinha preocupação: ah! Não tem comida, pega um peixe, pega uma tartaruga e nós vamos comê. Hoje em dia, nós temos saudade. Se nós pega uma tartaruga, nós temo que comê escondido, senão vamo preso, vamo surrado, aqui dentro de nossa terra, tenho bastante saudade do tempo de liberdade, tempo que passou.*

A fala de Dona Maria Francisca dá uma dimensão da permanência de uma luta pela liberdade que secularmente se coloca para aquelas comunidades negras do Trombetas. Uma situação que vem sendo revertida sem, contudo, arrefecer os ânimos da luta para libertar a terra e legitimar a sua posse definitiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS. NOVAS LUTAS: NA TERRA LIBERTA, O DIREITO DE SER LIVRE

No mundo da floresta os quilombolas do Trombetas praticam o extrativismo, tecem novas relações com o meio ambiente e constroem seus espaços, seus territórios e suas identidades de afro-amazônicas que juntos aos caboclos, com os quais se

<sup>13</sup>. Entrevista com Rafael Printes, realizada durante o IV Encontro Raízes Negras, Tapagem.

confundem e são confundidos, e os índios, outrora inimigos, tornam-se povos da floresta, frente ao sulista, também chamados de paulista, e em especial o capitalista. Este tem a terra e a natureza como mercadorias, beneficiado pela política desenvolvimentista dos anos 1970, na ditadura militar. Os dominantes impõem novas formas de luta e enfrentamentos para esses sujeitos, que mesmo de forma separada e estratégias distintas enfrentaram e enfrentam o mesmo inimigo – o Estado e o grande capital.

As áreas das terras quilombolas foram atingidas diretamente pelas políticas governamentais implementadas pelo governo brasileiro, propugnando um desenvolvimento para a Amazônia, provocando fortes impactos ambientais e tensões sociais. A ideia de progresso difundida nos anos 1970 passa a ser contestada de forma incisiva, por setores da sociedade que procuram contribuir com o combate às imensas desigualdades sociais, e que se mostram comprometidos com interesses sociais, isto é, dos que trabalham na terra. A partir de determinados discursos, o *inferno verde* se transforma, agora, num *paraíso* que deve ser preservado.

Ali, configurou-se uma frente capitalista, amparada por incentivos fiscais, financiamentos a baixos juros e um aparato policialesco, que garantiam a implantação de grandes projetos: agropastoris, madeireiro e, em especial, minerador, sobrepondo territórios indígenas e quilombolas. Povos que tinham, e tem, em comum, as atividades extrativistas, uma relação quase harmoniosa com a natureza – seus ganhos saem da pele e “sangue” que cobre a terra, a floresta e as águas dos rios e lagos. Nesse contexto, a expansão capitalista exige necessariamente que se liberem terras, de uso comum, ao mercado e à apropriação individual, provocando transformação radical das estruturas que condicionam a posse e uso.

Assim, hoje recuperar o passado tem um duplo sentido: afirmação de uma identidade e legitimação de uma luta pela titulação da posse da terra. Nesse sentido, as práticas culturais, por serem lugares de memórias, constituem os pilares do ser remanescente, ser mocambeiro e o sentido de pertença.

Na relação com a terra está outra marca da ancestralidade desses descendentes de quilombolas.

Manter a terra liberta tornou-se a representação do direito de ser livre e de posse do espaço vivido. Na constituição dos mocambos estava a concretização da liberdade da escravidão e na terra liberta está a concretude das comunidades negras remanescentes dos mocambeiros. Esse movimento tem ganhado força consubstancial através da organização de associações dos quilombolas, que têm conseguido o título de posse das terras ocupadas há mais de um século por aqueles que forjaram na luta o direito à liberdade.

O sentimento de pertença, de lutar pela posse e titulação definitiva de sua terra, amparado em dispositivos legais – como o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, de 1988, e o artigo 322, da Constituição do Estado do Pará – e, sobretudo, na ancestralidade dessas comunidades, na historicidade de suas lutas frente às diferentes formas de repressão, em particular aquelas praticadas pelo Estado nas décadas de 1980, levou essas comunidades a se organizar na luta por seus direitos como descendentes de quilombolas, de ex-escravos, e, em especial, com cidadãos.

Como resultado dessa luta, em 1995 foi concedido o primeiro título de posse de terra a uma comunidade quilombola, no Brasil, a de Boa Vista, no rio Trombetas. Em 1996 foi a vez das comunidades negras do Pacoval e Água Fria receberem os títulos. Hoje, naquela região somam-se dez títulos de posse coletiva da terra concedidos, atendendo as reivindicações de centenas de comunidades afro-amazônicas, descendentes dos quilombos que ali se formaram no século XIX.

Todavia, outros desafios se colocam, há outros direitos a serem conquistados, e novos confrontos se delineiam com a chegada de novos sujeitos àqueles espaços: os capitalistas. Estes vivem da especulação fundiária e do uso desordenado das florestas. Está em curso um grande desmatamento para venda, às vezes ilegal, da madeira; implementação da pecuária em larga escala;

plântio da soja e, em menor escala, de arroz, principalmente na região de Santarém e Alenquer, cultivos que até então não faziam parte daquele cenário, hoje brutalmente transformado pelo uso indevido das áreas de várzeas, grandes danos ambientais, e o conseqüente encolhimento das terras dos mocambeiros que ali vivem há mais de um século. Um processo de ocupação desordenado e desastroso, tanto para as populações tradicionais quanto para a natureza, mas que retrata bem a lógica desses novos migrantes em relação ao meio ambiente, ao uso e valor da terra, amparados pelas políticas de incentivos governamentais, em todas as esferas.

Na atualidade, vivem-se momentos em que se confrontam duas concepções de valor da terra: terra de trabalho, sentimento de nosso, versus terra de negócio, especulação fundiária, implicando novas formas de organização e de enfrentamento por aqueles que se sentem ameaçados pelos “de fora”. Momentos em que se afirma a identidade negra, quilombola, afro-amazônica, frente ao outro, que os vê com olhares de estranhamentos.

São essas lutas que nos levam a entender que a percepção identitária desses grupos se dá a partir dos próprios grupos, na busca de suas raízes, dos “troncos velhos”, dos quais são os galhos, os ramos. Ramos impregnados de historicidades, práticas e orientações culturais diversas, muitas vezes recriadas, e de sentimentos e uma relação com a terra, que lhes permitem se perceberem mocambeiros, camponês, indígenas, seringueiros, Povos da Floresta. Na busca das raízes está a afirmação de suas identidades e de pertencas ao território, no qual estão fincadas.

Nesse sentido – do Mocambo “paragem deserddada, escondida”, às comunidades de hoje, “lugar de fartura e trabalho” –, o caminho percorrido pelos negros foi de criação de direitos. O direito sobre a terra, historicamente conquistado. O direito à sua especificidade negra, raiz profunda de sua cultura. O direito de reproduzir seu modo de vida agrícola e extrativo, sobre as bases de territorialidade conquistada; com manejo ecológico traduzido pela preservação atestado nos 200 anos de existência no lugar.

Qualquer medida de ordem administrativa que possa vir a incidir sobre as comunidades negras dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá, por órgãos dos governos federais, estaduais e municipais; em particular por qualquer empresa mineradora, bem como por projetos hidroelétricos, deve ser precedida de consultas a suas associações representativas.

Todavia, para esses negros, a afirmação de suas fronteiras étnicas e territoriais passa por desafios novos e novos enfrentamentos se colocam. Pois assim, como o tempo não para, o círculo não se fecha, a história não tem fim. É assim a História.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Braz Dias de. Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Primeira Divisão - Nas Fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa, de 1930 a 1940. In: **Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis, 1940. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1942.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL OBIDENSE – ACOB. Câmara. **Livro de Acta da Sessão Ordinária de 17-17-1871**. Óbidos, 1871.
- Baixo Amazonas**, 08-01-1876. Arquivo particular de João Santos.
- \_\_\_\_\_. Editorial, dia 8-01-1876.
- Baixo Amazonas**. Santarém, 30-12-1882.
- BASTOS. A. C. Tavares. **O valle do Amazonas**. São Paulo: Nacional, 1866. (Coleção Brasileira, vol. 106.)
- BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In Correa, Roberto e Rosendahl, Zeny (orgs.) **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BOSI, Alfredo. Homenagem a Sérgio Buarque de Holanda. In: **Céu e Inferno: Ensaio de Crítica Literária e Ideológica**. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.
- CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SANTARÉM. **Autos Cíveis de Arrecadação do escravo Antonio Basílio**. Santarém, 10-09-1867.
- CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ÓBIDOS. **Inventário de João Antônio Nunes**. Óbidos, 1878.



- COUDREAU, Octavie. **Voyage au Cuminá**. Paris: A. Lahure Imprimeur-Éditeur, 1901.
- CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi**. Rio de Janeiro: Nacional, 1945. (Col. Brasileira, vol. 113.)
- CÚRIA PRELATÍCIA e col. **O Cinquentenário da Prelazia de Santarém – 1903-1953**. Apontamentos publicados em colaboração com os Padres Franciscanos de Santarém. Santarém, 1953.
- DERBY, Oliver A. O Rio Trombetas. In: Hart, C. H.; Smith, H. e Derby, O. Trabalhos restantes inéditos da Comissão Geológica do Brasil, 1875 –1878. In: **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Tomo II, fasc. 1-4, 1897-1898.
- DUCKE, Adolpho. Explorações Científica no Estado do Pará. In: **Boletim do MPEG**. Vol. 7, 1909.
- FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas nunca tive Senhor – história e memória dos mocambos do baixo Amazonas**. Tese de Doutorado. São Paulo: PPGHS/USP, 1995.
- GOVERNO DO ESTADO PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). **Correspondência de Diversos com o Governo, 1804-1846**. Auto de Interrogatório do escravo Luiz, pertencente a João Ignácio Rabello. Santarém, 6-02-1811. (Documentos em Caixa.)
- \_\_\_\_\_. Fundo – Secretaria de Polícia. **Ofício da Presidência da Província ao Chefe de Polícia 15-05-1847**. (Documentação em caixa.)
- \_\_\_\_\_. Fundo Secretaria de Polícia da Província. **Ofício do Subdelegado de Polícia de Óbidos, João Antônio Nunes, 15-01-1854**. (Documentação em caixa.)
- \_\_\_\_\_. Fundo Secretaria da Presidência da Província, série ofícios diversos, 1860-1869. **Ofício do Frei Carmello Mazzarino ao Presidente da Província, 15-01-1868**. (Documentação em caixa.)
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Polícia da Província – série ofícios. **Carta enviada por José Joaquim Pereira Macambira ao chefe de polícia, da Província do Pará, Hermogenes Socrates Tavares Vasconcellos, 17/12/1870**. (Caixa 4.)
- HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África**. Vol. 1 Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Unesco/Ática, 1982.
- LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento – a comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & CASTRO, Edna Maria Ramos de (coord.). **Estudos de Comunidades Negras do Município de Oriximiná Sob Impacto de Projetos Desenvolvimentistas**. Belém: NAEA/UFPA, nov. 1990.
- OLIVER, Elide V. A Terceira Margem do Rio – fluxo do tempo e paternalismo em Guimarães Rosas. In **Revista USP**, nº 49, mar/abr/mai, 2001.
- PENNA, Domingos Soares Penna. Região Ocidental da Província do Pará – resenhas estatísticas das comarcas de Óbidos e Santarém. In: **Diário de Belém**. Belém, 1869.
- \_\_\_\_\_. Câmara. **Livro de Atas da Câmara**. Ofício enviado ao Presidente da Província do Pará – 22 – 07-1873. Óbidos, 1873.
- PRICE, Richard. **First-Time the Historical Vision of an Afro-American People**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.
- REIS, Fábio Alexandrino de Carvalho. **Relatório 1º Vice-Presidente**. Fala do Presidente da Província Angelo Thomas do Amaral, dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, 8-08-1860. Belém: Typ. Santos e Filho, 1860.
- RIO, José M. Valcuende Del. **Fronteras, Territórios e identificaciones Colectivas – interacción social, discursos políticos y procesos identitarios em la frontera hispano-portuguesa**. Sevilla: Fundacion Blas Infante, 1998.
- RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In **Exploração e Estudo do valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- RODRIGUES, João Barbosa. Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. In **Exploração e Estudo do valle do Amazonas**, 1875.
- SOUZA, João Maximiano de. O Trombetas. In: **Baixo Amazonas**, nº 53, 25-12-1875.
- THONSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In **Projeto História**, nº 15, São Paulo: PUC/SP, abr. 1997.
- TOCANTINS, Gonçalves. Revista da Sociedade de Estudos Paraenses – Rio Cuminá – Recordações de Gonçalves Tocantins. **Diário Oficial do Pará**. Nº 1014, 2-12-1894.